



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL  
ANO 35 - Nº 694 - DE 30 DE JULHO A 12 DE AGOSTO DE 2023 - R\$ 5,00

## **Cúpula UE-CELAC expõe as profundas contradições do capitalismo em decomposição**

**Fracassa o objetivo de Lula de liderar um acordo com as potências europeias**

**O fundamental está em que a burguesia descarrega a crise sobre os explorados**

**Destaca a necessidade de superar a crise de direção**

**Congresso da CSP-Conlutas está diante da tarefa de aprovar a linha estratégia de oposição revolucionária ao governo Lula**



***Pelo fim da guerra na Ucrânia, por uma paz sem anexação***

## Reunião entre UE e CELAC se defronta com a guerra na Ucrânia

Interessa, do ponto de vista da classe operária, entender os motivos do fracasso da cúpula entre a União Europeia (UE) e a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), que ocorreu envolvida no processo de agravamento da crise mundial do capitalismo, a maior e mais profunda desde o fim da Segunda Guerra e a Guerra da Coreia. Embora o objetivo de sua convocação se devesse à reiterada tentativa de abertura de mercado, a sombra da guerra da Ucrânia cobriu toda a sua preparação.

Em meio às tratativas diplomáticas, Zelensky anunciou que havia sido convidado pelo primeiro-ministro da Espanha, Pedro Sánchez, para participar no evento, mas que “alguns países latino-americanos barraram a sua presença.” O governo espanhol e a União Europeia sabiam que não seria aceita a presença da Ucrânia. O convite à margem da CELAC soou como uma provocação, que acabou sendo engolida a seco. A conclusão consistiu em não dar dimensão à pretensiosa posição do imperialismo europeu de arrastar os países latino-americanos e caribenhos a darem apoio à aliança montada pelos Estados Unidos e às ações da OTAN.

Os porta-vozes do imperialismo reclamaram de no comunicado final da cúpula ter sido retirado do rascunho a palavra “Rússia”. O seu conteúdo tão genérico evidenciou a discordância da CELAC em se alinhar por detrás da estratégia de cerco à Rússia pela OTAN, que se realiza com o avanço sobre as fronteiras das ex-repúblicas soviéticas.

As críticas dos jornais brasileiros à falta de uma definição clara e inconfundível de Lula em favor da aliança imperialista voltaram a ser ventiladas. O embaixador a UE no Brasil, Ignacio Ybáñez, amenizou a discordância com a posição brasileira nos seguintes termos: “O voto do Brasil na ONU foi claríssimo, contra a agressão da Rússia. É o que fica.”

O fracasso de um encontro tão significativo, aguardado por oito anos, se deveu aos desacordos comerciais. A União Europeia não abriria o seu mercado, sem que os ganhos das contrapartidas fossem bem maiores que as perdas de suas concessões. A isca oferecida à CELAC se mostrou no anúncio de que teria 45 bilhões de euros para aplicar no continente latino-americano, que seriam distribuídos em 130 projetos. Somente o Brasil, o Chile e a Argentina poderiam valer-se de 3 bilhões de euros, que seriam destinados à produção de “hidrogênio verde” e extração de “lítio”. Como não se chegou a um acordo, esses valores evaporaram. O que desencantou a imprensa brasileira, serviçal do imperialismo, que avaliou a cúpula com “anódina”.

É muito bem conhecido o protecionismo europeu diante dos países semicoloniais, principalmente daqueles que alcançaram uma projeção na economia mundial, como é o caso do Brasil, Argentina e México. Se a União Europeia abrir seu mercado para as commodities, arrebenta a sua economia agrária. Esse é o grande motivo pelo qual a UE tanto exige dos países latino-americanos os rigores da “economia verde”. A exploração do lítio e do hidrogênio verde é do interesse das multinacionais, que têm aumentado as pressões

para que os governos latino-americanos entreguem as fontes naturais de matérias-primas, principalmente, neste momento, o lítio.

A concorrência dos americanos e europeus com os capitais chineses na América Latina vem recrudescendo na última década em forma de guerra comercial. Certamente, o capital europeu forçará passagem, independentemente de um acordo de livre comércio da UE e CELAC. Em particular, no caso do Brasil, o governo Lula procura montanhas de recursos para sua política verde e de “proteção à Amazônia”, como se o país não tivesse de pagar caro pela boa vontade do imperialismo em garantir as suas riquezas naturais.

Houve um outro obstáculo aos desejos dos europeus, de que Lula abrisse as compras governamentais ao capital estrangeiro. Assim, as contratações públicas e licitações deixariam de ser um monopólio do capital interno. Segundo informações, o ministro da Casa Civil e o Itamaraty estavam propensos a aceitar, mas sofreram oposição dos ministros da Indústria, Agricultura, Defesa e Planejamento. Caindo por terra esse pleito europeu, não restou muito da cúpula.

Para não exibir um fracasso total, realizou-se um acordo com representantes do governo venezuelano Maduro e da oposição, que deixou muita dúvida sobre a sua viabilidade. O imperialismo suspenderia as sanções econômicas, e Maduro realizaria eleições “transparentes”, controladas por observadores externos. Embora Lula diga que cabe aos venezuelanos resolverem os seus problemas, a chantagem montada em Bruxelas é típica do intervencionismo imperialista sobre as semicolônias, para as quais dita o que é e o que não é democracia.

A cúpula UE-CELAC evidenciou a que ponto se encontra o protecionismo, a guerra comercial e a guerra da Ucrânia. As forças produtivas estão em franco choque com as relações capitalistas de produção. As fronteiras nacionais têm de ser rebaixadas pela força da guerra econômica e das armas. Os países semicolônias têm de abrir mão de seus parques protecionismos. A Rússia se lançou contra a Ucrânia para proteger-se da penetração dos monopólios das potências no território antes controlado pela ex-URSS e do cerco da OTAN a suas fronteiras. Os Estados Unidos recrudescem a guerra comercial contra a China. E se projeta mundialmente a escalada militar. O sonho do Mercosul de se erguer como uma organização unida para negociar com o capital imperialista se esvaiu faz muito tempo. Não será com a eleição de Lula que essa realidade será mudada. A propaganda do reformismo de que o Brasil volta a ser um protagonista internacional independente é pueril.

Esse processo que reflete a decomposição do capitalismo coloca a necessidade da vanguarda com consciência de classe lutar disciplinadamente para superar a crise de direção mundial do proletariado. As condições objetivas para as revoluções proletárias estão dadas. Trata-se de ajudar a classe operária a reagir com seu programa e sua estratégia revolucionária.

# Derrotar o plano privatista do bolsonarista Tarcísio de Freitas

O governador do estado de São Paulo, Tarcísio de Freitas, tem avançado em seu agressivo plano de privatizações. Segue, portanto, a linha traçada pelos governos anteriores, do PSDB. Trata-se de um pacote de entrega à iniciativa privada envolvendo hidrovias, rodovias, ferrovias, educação e até loterias. No centro das atenções, encontram-se a Sabesp, CPTM e Metrô. Atinge também setores, como: adequação e manutenção de escolas, o Conjunto Desportivo Constâncio Vaz Guimarães (Ginásio do Ibirapuera), Estrada de Ferro Campos do Jordão, entre outros. O Porto de Santos também tem aparecido como um alvo nos discursos do privatista Tarcísio.

No discurso do ultradireitista, requeitando o discurso de governos passados, aparecem sempre as ideias demagógicas de “melhoria da eficiência” e dos “investimentos privados”. É comum a apresentação de contrapartidas, na forma de um suposto pragmatismo, como se fosse o único caminho para viabilizar grandes projetos “em benefício do povo”, a exemplo da construção do túnel seco entre Santos-Guarujá. A história das últimas décadas do nosso país já demonstrou que ou essas contrapartidas não saem do papel, ou se colocam como pequenos montantes diante da enorme soma de dinheiro extraída com a exploração das empresas privatizadas.

O caso da Sabesp é escandaloso: é uma empresa altamente lucrativa, seguindo o exemplo de outras, como os Correios, fato que torna vazia a retórica entreguista, na medida em que não cabe o “argumento” da eficiência. É claro que esse elemento pode ser utilizado como parte da propaganda dos sindicatos, como forma de desmascarar o governo, de demonstrar a inconsistência de sua defesa. O risco, contudo, é o de cair no erro dos reformistas e centristas, que tentam “justificar” a manutenção das empresas como propriedade estatal por serem superavitárias. Afinal, isso implicaria abrir brechas para a legitimação da entrega das “deficitárias”. Sabendo de todos os prejuízos gerados pela privatização, e considerando o quadro geral de exploração e opressão que recai sobre a imensa maioria dos trabalhadores e da juventude, cabe aos sindicatos e demais organismos das massas defender o interesse destes contra o daqueles. É a luta de classes. A vanguarda com consciência de classe não admite que o peso da crise seja despejado sobre os explorados.

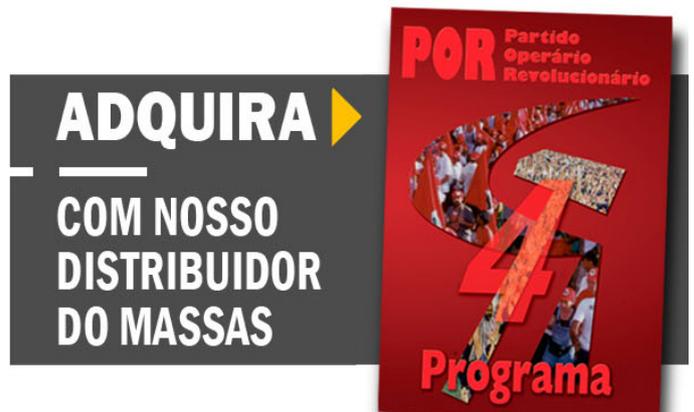
O pronunciamento do POR no ato do dia 23 se concentrou, justamente, na explicação de que a raiz da sanha privatista do governador Tarcísio se encontra na crise do capitalismo. As forças produtivas, altamente potenciadas, estão em choque com as relações de produção monopolistas e com as fronteiras nacionais. A burguesia procura todas as vias para valorizar seus capitais. Os governos imperialistas impõem às nações oprimidas os chamados “planos de austeridade”, como forma de garantir a continuidade do saque das suas riquezas. A via do endividamento dos países semicoloniais expõe o caráter parasitário da burguesia imperialista. Vale lembrar que, no Brasil, as privatizações e as contrarreformas (destruição de direitos) estiveram na base do golpe de Estado de 2016, constituindo seu verdadeiro conteúdo.

Com raízes tão profundas e forças tão poderosas por trás do avanço das privatizações, é preciso que as direções sindicais e dos movimentos preparem uma mobilização à altura. E não há como constituir uma força social dessa magnitude sem combinar o combate às privatizações com a luta pelas reivindicações mais sentidas dos explorados, isto é, em defesa dos empregos, salários e direitos. Daí a importância da organização desde as bases, com a formação de comitês unitários, convocação das assembleias e realização de protestos massivos, com bloqueios de avenidas, paralisações etc. Não será por meio das ações judiciais ou da pressão parlamentar que a onda privatista do governo Tarcísio será derrotada. Esse é o campo próprio da burguesia. Os explorados têm de trilhar um caminho de independência de classe.

**“Não será por meio das ações judiciais ou da pressão parlamentar que a onda privatista do governo Tarcísio será derrotada. Esse é o campo próprio da burguesia. Os explorados têm de trilhar um caminho de independência de classe.”**

O obstáculo está nas direções sindicais, estudantis e dos movimentos, as quais se encontram sob a linha política da conciliação de classes do PT e aliados. Essas direções são, na grande maioria, governistas – no que se refere ao âmbito federal, ou seja, no que se refere ao governo burguês de frente ampla do PT. Essas direções sabem do risco de se erguer uma mobilização pelas necessidades elementares dos oprimidos, pois certamente atingiria o “seu” governo. Está aí a contradição: não podem blindar o governo e, ao mesmo tempo, conduzir uma luta consequente contra as privatizações. Por isso, estão sacrificando as estatais para manter de pé um governo burguês. É o que explica as manifestações inócuas aos domingos e a quase nula campanha empreendida até agora.

O POR tem defendido a necessidade de impulsionar um movimento em defesa das reivindicações dos trabalhadores e da juventude oprimida, com a convocação de um Dia Nacional de Luta. No bojo desse enfrentamento, é preciso levantar um conjunto de bandeiras, dentre elas a estatização e a reestatização das empresas já entregues, a partir da expropriação, sem indenização, colocando as empresas sob o controle operário. É preciso unificar os explorados em torno à tática da frente única anti-imperialista, sob a direção do proletariado.



## Governador Elmano Freitas/PT repassará R\$ 250 milhões aos empresários do transporte



O governo do estado anunciou a intenção de implantar um sistema de passe-livre parcial nos municípios da região metropolitana de Fortaleza. Para isso, o governo pretende colocar nas mãos dos empresários de ônibus a fábula inesperada de R\$ 250 milhões por ano. É importante lembrar que hoje os empresários já são contemplados com isenções fiscais do governo do estado na ordem de R\$ 30 milhões ao ano.

O programa intitulado “Vai e Vem livre”, segundo disse o próprio Elmano, é uma promessa de campanha e deve entrar em vigor até o fim de 2023. Diferente do sistema de passe-livre a toda a população, que já funciona em Caucaia, o programa do governo prevê que o uso da gratuidade será limitado a alguns setores, como desempregados, pessoas do CadÚnico, estudantes, etc., e restrito à região metropolitana, o que deixa de fora a capital, onde o contingente de explorados é de longe o maior. Seguramente, o desejo do Sindiônibus é que no futuro seja incluída a capital, o que estenderia as vantagens do programa a toda a rede empresarial de transporte. É possível que tratativas iniciais sobre esta possibilidade já tenham se realizado. Nesse sentido, não seria incorreto deduzir que o que impede o governo do estado de envolver a capital nesse momento (segundo o interesse do Sindiônibus) não é compreensão do governo reformista de que está lidando com o parasitismo descarado dos

crápulas burgueses, mas sim unicamente a falta de recursos e o alto custo que isto representaria.

O que aparentemente passa como uma medida progressiva, aos olhos das massas e de uma parcela da vanguarda (uma vez que se volta aos mais pobres, desempregados e juventude), é na verdade uma ação do governo que atende ao lobby empresarial de assumir cada vez mais as despesas

com o sistema de transporte, mantendo a propriedade intacta das empresas nas mãos dos capitalistas e garantindo margens de lucro seguras e abundantes. Como se vê, a fase imperialista do capitalismo, fase de desintegração da economia burguesa é também a fase de maior esplendor do parasitismo.

Elmano Freitas lamentou que tenha havido queda na arrecadação do governo no primeiro semestre do ano, e que a receita do estado teve prejuízos de R\$ 2 bilhões com a mudança no ICMS. Contudo, o limitado orçamento que nunca pode ser disponibilizado para saúde, educação e moradia, assim como para o atendimento das reivindicações dos trabalhadores (fim do confisco aos aposentados da educação, pagamento do piso aos enfermeiros, etc.) é facilmente canalizado para salvar os grupos capitalistas em apuros.

O POR denuncia a ação de laçao do governo Elmano (PT/MDB/PDT/PSOL) em favor do Sindiônibus e dos donos do transporte coletivo. Alerta os trabalhadores conscientes e a juventude pobre de que o verdadeiro passe-livre para estudantes, desempregados e demais explorados, só pode ser conquistado na luta coletiva, contra qualquer parasitismo e por meio da estatização sem indenização do transporte coletivo sob controle operário.

## Encarceramento em massa da juventude, expressão da barbárie capitalista

### Resposta do POR em defesa da juventude oprimida

A 17ª edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, referente ao ano de 2022, atesta o estado de completa barbárie no sistema prisional. A quantidade de presos bateu o recorde de 832.295 pessoas, sendo 43,1% desse contingente formado por jovens de até 29 anos, e 68,2% dos presos são negros. O total de vagas é de 596.162, ou seja, um déficit de mais de 236 mil vagas. A “população carcerária” chega a ser maior que a de três estados: Roraima (com 636.303 ha-

bitantes), Amapá (733.508 habitantes) e Acre (830.026 habitantes).

Esses dados, junto às inúmeras denúncias de torturas, superlotação, privação de visitas íntimas etc., são o mais claro retrato da barbárie capitalista que recai principalmente sobre a juventude oprimida. O capitalismo reserva à juventude o desemprego e a miséria. Uma parte dos jovens, sem perspectiva, são cooptados pelo crime e recorrem às drogas e outras formas de destruição física e mental, o que é também meio de obtenção de lucro por parte de uma fração da burguesia vinculada ao narcotráfico.

Sem ter como solucionar esses problemas, que são inerentes ao capitalismo, a burguesia e seu Estado só tem como impor o encarceramento em massa da juventude,

***“Sem ter como solucionar esses problemas, que são inerentes ao capitalismo, a burguesia e seu Estado só têm como impor o encarceramento em massa da juventude, utilizando o sistema prisional como instrumento de tortura e extermínio dos explorados..”***

utilizando o sistema prisional como instrumento de tortura e extermínio dos explorados.

A superlotação do sistema prisional evidencia o fracasso das políticas burguesas de “ressocialização”. Além disso, um em cada quatro presos permanecem sem ter sequer tido um julgamento. A “solução” que o Estado burguês tem encontrado para essa chaga é o uso de tornozeleiras eletrônicas. Em 2019 eram 16.821 presos com tornozeleiras (2,2% do total), em 2020 passou para 51.897 (7,3% do total) e, em 2022, o número chegou em 91.362 presos (11% do total). Esses jovens marcados com a tornozeleira passam a ser disci-

minados e hostilizados nas ruas, e dificilmente conseguirão um emprego formal, restando a informalidade ou o retorno ao crime.

O capitalismo só reserva o desemprego e a barbárie para a juventude. A única saída progressiva e emancipadora da juventude oprimida só poderá ser dada pela classe operária, a partir da luta unitária dos explorados pelas bandeiras de emprego a todos, salário mínimo vital e união de trabalho e estudo, subordinada a estratégia da destruição do capitalismo pela revolução e ditadura proletárias.



Boletim Sindical do Partido Operário Revolucionário

**Ano XIX - Julho de 2023**

☎ (11) 95446-2020

nossa.classe@hotmail.com | www.pormassas.org

@massas.por | anchor.fm/por-massas

Pernambuco - Boletim Nossa Classe - julho

## Greve do Metrô no Recife Confronta Continuidade do Privatismo no Governo Lula/Alckmin

Na noite da terça-feira (25), o Sindimetro - PE (Sindicato dos Metroviários de Pernambuco) promoveu uma Assembleia Geral na Estação Recife, convocando a categoria para deflagração de greve pela retirada da CBTU (Companhia Brasileira de Trens Urbanos) do Programa Nacional de Desestatização (PND) e pela aprovação do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT). A assembleia contou com a fala de representantes da CUT, CTB, CSP Conlutas, movimentos sociais e do Sindicato dos Rodoviários, que aprovou greve pela campanha salarial a partir do dia 26. Nas falas, sobretudo da base, houve críticas aos gestores da CBTU que voltaram atrás em negociações já firmadas e ao governo Lula, denunciando o descaso e até mesmo falando em traição aos trabalhadores que deram um voto de confiança nas eleições. Além das denúncias das medidas punitivas contra as greves da educação e mobilização dos rodoviários.

A revolta da categoria tem empurrado as direções à greve. No dia 13 de julho, o metrô parou por um dia, além de algumas garagens dos rodoviários. Aprovou-se agora 48h de paralisação e nova assembleia na semana que vem. Um maquinista propôs greve por tempo indeterminado, recorrendo à história para argumentar a ineficácia de movimentos não combativos. Contudo, a direção alegou falta de amadurecimento no diálogo com a população e foi aprovada a proposta de adesão pela greve de apenas 48h. Contraditoriamente, nenhum ato para “dialogar” com a população e projetar a greve para as ruas foi decidido.

O Partido Operário Revolucionário manifestou seu apoio à greve unificada dos Rodoviários e Metroviários, através da distribuição do Boletim Sindical Nossa Classe, com o conteúdo publicado a seguir:

### Boletim Nossa Classe

**Todo apoio à GREVE dos Rodoviários e Metroviários! Defender salários, empregos e direitos nas ruas!**

Dia 26 de julho é greve dos rodoviários. O movimento foi aprovado na assembleia do dia 20 de julho contra o descaso da patronal, que se nega a negociar a pauta de reivindicações da categoria. A Urbana-PE, além de não ter atendido a reivindicação dos guarás, ainda cortou o salário como retaliação às mobilizações de 2020, um ataque direto ao direito de greve dos trabalhadores que lutaram pelo emprego dos cobradores demitidos e contra a dupla função, que faz que o rodoviário trabalhe por dois.

Os metroviários enfrentam a recusa da Companhia Brasileira de Trens Metropolitanos (CBTU) em atender o acordo coletivo da categoria e exigem do governo Lula/Alckmin que retire a CBTU da mira da privatização, que coloca em risco o emprego e condições de trabalho da categoria. É muito positiva a disposição de luta unitária entre metroviários e rodoviários, com paralisação no dia 26/07. A unidade dos trabalhadores do transporte do Recife mostrará aos demais explorados que o caminho em defesa dos salários, empregos e direitos se dá pelos métodos de ação direta.

Para conseguir arrancar da Urbana-PE e do governo federal a reivindicação é preciso que os sindicatos convoquem os trabalhadores para ocupar as ruas.

O Boletim Nossa Classe/POR defende: 1) Organizar os comitês de luta com participação ativa da base. 2) Não basta ficar em casa na greve, os trabalhadores devem pressionar nas ruas, com bloqueio de avenidas e atos massivos. 3) Que as centrais sindicais (CUT, CTB, CSP-Conlutas e outras) fortaleçam o movimento dos rodoviários e metroviários, com chamado de plenárias unificadas das demais categorias, construção de comitê de luta unificado. 4) Que as centrais e sindicatos convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações, ocupações e bloqueios, que expresse a defesa da vida dos explorados levantando as bandeiras de revogação de todas as contrarreformas (trabalhista, previdência e lei de terceirização), fim das privatizações, defesa dos empregos, salários e direitos. **CONTINUA** →



***Pelo direito irrestrito de greve! Abaixo as multas e penalidades dos governos e judiciário!***

No dia 25 de julho, professores e trabalhadores da educação da rede estadual de ensino de Pernambuco iriam iniciar uma greve por reajuste no piso salarial de 14,95% para todos. O governo Raquel Lyra (PSDB) entrou na justiça pedindo multa diária de 100 mil reais, o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) julgou a greve ilegal antes mesmo de começar e impôs uma multa diária de R\$50 mil reais. A assembleia da categoria realizada em 24 de julho decidiu cancelar a greve e recorrer nos tribunais. Soma-se a este fato o corte nos salários de rodoviários, aprovado pela justiça em plena campanha salarial de 2023, como punição pelas manifestações em 2020 contra a demissão dos cobradores e a dupla função. São muitos os casos no país de proibição, na prática, ao exercício do direito de greve e manifestação. O dirigente da Associação dos Engenheiros e Técnicos do Sistema Eletrobras (Aesel), Ikaro Chaves está sendo ameaçado de demissão por justa causa por permanecer

defendendo a reestatização da empresa. E os metroviários de BH arcaram com pesadas multas e bloqueios dos bens do sindicato por terem feito uma greve contra a privatização e em defesa dos direitos dos trabalhadores.

O que esses fatos nos mostram? 1) Sem uma resposta unitária, as punições servem para desencorajar futuras lutas. 2) É necessária uma luta unitária encabeçada pelas centrais sindicais e sindicatos pela liberdade de organização, manifestação e greve por parte dos trabalhadores. Nenhum sindicato ou trabalhador pode ficar sozinho. 3) Não podemos confiar no judiciário e nos governos que expressam os interesses da burguesia, qualquer defesa jurídica deve estar subordinada à ação direta; 4) É preciso responder com os métodos de ação direta coletiva da classe às punições e perseguições dos capitalistas. 5) Os sindicatos e centrais devem defender com unhas e dentes o direito de greve. Sem o direito de greve, os trabalhadores não conseguem se defender da exploração, dos abusos e dos ataques dos patrões e governos.

## Ceará

### **Boletim Nossa Classe – Julho**

O Boletim Nossa Classe, distribuído na construção civil, denuncia os abusos do patronato, diz: “Empresas querem banco de horas e trabalho aos sábados”. Eis: Depois do fim da campanha salarial, em maio, e da assinatura da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) de 2023/24, os patrões fazem o que sempre fizeram: rasgam os acordos assinados e impõem suas condições para continuar a superexploração do operário. Mal a CCT entrou em vigor, e já várias empresas têm sido denunciadas por descumprir a convenção. A CCT estabeleceu jornada de 44 horas semanais (sendo 4 dias de 9h e 1 dia de 8h) e o regime de horas-extras, ou seja, proibição do banco de horas. Mas os patrões rasgam o que foi acordado e querem o trabalho aos sábados, como na Empresa Alves Lima e o banco de horas como nas empresas Desarte e WR. Assinala que a direção do Sindicato (STICCRMF) diz que vai parar as obras, caso as empresas descumpram a jornada de trabalho. Ocorre que uma empresa parada não é pressão suficiente para que outras empresas cumpram o acordo. A saída é a organização da luta coletiva, a paralisação geral. Além da jornada, há problemas sérios, como melhores condições de trabalho (banheiros, bebedouros, almoço, café, etc.), como há muito os operários da Tenda têm denunciado.

O Boletim também denuncia que a direção do sindicato dos trabalhadores (PSOL/PCB) não tem levantado a bandeira de revogação da reforma trabalhista, nem convocado assembleia para discutir os ataques dos patrões e organizar plano de lutas. Aponta que é preciso organizar os trabalhadores para combater a reforma trabalhista, onde a flexibilização capitalista do trabalho foi legalizada, a exemplo do banco de horas, layoff, etc. Mostra que o governo Lula não irá revogar a reforma trabalhista e que a grande maioria das direções sindicais se colocou por fazer alguns reparos nessa maldita reforma (lei nº 13.467), aprovada por Temer em 2017, que libera o patronato a continuar esfolando vivo o operário no canteiro de obras. E o primeiro passo é a convocação de assembleia geral da categoria para aprovar o caminho para enfrentar os patrões e governantes e defender as reivindicações vitais dos trabalhadores.

Por fim, o Boletim Nossa Classe faz a campanha pelo fim da guerra na Ucrânia e por uma paz sem anexações e sem as imposições do imperialismo. E pelo fim da CPI do MST, que criminaliza o movimento camponês.

Ceará

## Boletim Nossa Classe – Eletricitários

O Boletim Nossa Classe distribuído para os trabalhadores eletricitários denunciou o patronato, defendeu o direito dos trabalhadores saberem o que se passa com o banco de horas-extras e a campanha salarial unificada. Eis:

### Trabalhadores da SIRTEC não tem acesso ao banco de horas extras

Trabalhadores da SIRTEC, (ENEL), não estão tendo acesso ao banco de horas extras. Essa falta de clareza da empresa gera indignação e os trabalhadores querem saber a quantidade de horas que estão trabalhando a mais.

Nesse setor, é normal que os trabalhadores que prestam serviço na rua, ao chegar a hora de encerrar o expediente, acabem trabalhando além do horário. O eletricitário que está consertando ou instalando uma fiação na rua, não pode largar o serviço deixando fios soltos e o trabalho por terminar. Ele precisa concluir o trabalho mesmo que ultrapasse seu expediente. Estas horas a mais trabalhadas na finalização do dia de serviço têm de ser transformadas em banco de horas extras a serem pagas ao final do mês ou utilizado como folga. No entanto, os trabalhadores da SIRTEC não conseguem acessar essas horas extras pelo sistema da empresa e não estão recebendo por elas.

Esta é uma das formas de aumentar a superexploração do trabalhador, pois aquele tempo de trabalho a mais vai contar

na lucratividade da empresa e o operário é quem vai sair perdendo.

As condições de trabalho dos eletricitários são bastante desgastantes. Todos os dias se expõem ao risco de morte para fornecer um serviço elementar à população. O Boletim Nossa Classe defende o direito ao acesso ao banco de horas extras e o pagamento imediato das horas trabalhadas.

Ainda sobre os eletricitários, os trabalhadores denunciam que nem o vale a alimentação, nem o vale-transporte foram reajustados. É preciso que o sindicato convoque assembleia da categoria e organize a luta pelas condições de trabalho dos operários eletricitários.

Faz também a campanha pela estatização da ENEL sem indenização, sob controle operário. Pela efetivação de todos os terceirizados que prestam serviços à ENEL. Pelo Reajuste imediato do vale-alimentação e vale-transporte.

Por fim, o Boletim Nossa Classe defende uma campanha salarial unificada e o salário mínimo vital, não inferior ao calculado pelo Dieese. Diz: Devemos exigir que os sindicatos convoquem assembleias em todos os setores, e aprovelem a luta por um piso salarial que seja suficiente para manter os trabalhadores e suas famílias. Um salário-mínimo vital, com reajuste automático, todo mês, de acordo com a inflação real. Que nenhum trabalhador ganhe menos que R\$ 6,652,09. É preciso que as centrais e os movimentos organizem uma luta para arrancar as reivindicações dos trabalhadores.

São Paulo - Notas do Boletim Nossa Classe

## Sindicato dos Metalúrgicos do ABC convida Lula

Ao convidar para a posse da direção do sindicato e declarar apoio total ao governo burguês de Lula, a direção dos metalúrgicos e da CUT está mostrando que o sindicato há muito deixou de ter independência política. Os sindicatos foram criados para unificar e organizar a luta independente da classe operária, em defesa de suas reivindicações, contra a exploração dos patrões e seus governos.

O governo burguês de Lula/Alckmin decretou um salário mínimo de R\$ 1.320,00, continuando assim com a política do ultradireitista Bolsonaro de condenar os trabalhadores e suas famílias a viverem na miséria. Lula já declarou que irá manter a reforma trabalhista, a lei da terceirização e a reforma da previdência, aprovadas por Temer e Bolsonaro. Perguntamos: os trabalhadores e seus sindicatos deveriam apoiar um governo que decreta um salário mínimo de fome e mantém as contrarreformas que atacam a classe operária? Estamos seguros que não.

### O que o sindicato e o Lula estavam comemorando na festa da posse?

No dia 23 de julho, dia da posse da direção, o sindicato fez uma grande festa. Nós do Boletim Nossa Classe e os trabalhadores no chão de fábrica sabemos que não existe nenhuma razão para comemorar. Ao contrário, os patrões estão tirando o couro e o sangue dos operários na linha de produção. Os trabalhadores terceirizados, que foram contratados pela empresa SeSe, para fazer o tra-

balho de logística na Mercedes, depois de um acordo feito com a direção do sindicato, recebem um salário de R\$ 1900,00, trabalham 9:15 hs por dia, e dois sábados por mês.

Em lugar de organizar a luta para reduzir a jornada de trabalho, sem redução dos salários, para gerar mais empregos, a direção dos metalúrgicos está negociando acordos, que permitem a Mercedes e demais empresas a reduzirem os salários e aumentarem a jornada de trabalho. Os companheiros terceirizados na Mercedes e demais empresas estão revoltados com os baixos salários e o aumento da jornada de trabalho. Os militantes durante a distribuição do Boletim Nossa classe sempre deparam com denúncias da exploração e com perguntas como “cadê a direção do sindicato?”

### Expulsar a burocracia e resgatar o sindicato para a luta de classes

O presidente do sindicato, Moisés Selerges, em seu discurso demagógico, falou “é hora de reconquistar a democracia, de reconquistar nossos direitos”. Porém, na prática o Moisés e a direção faz o oposto. A direção dos metalúrgicos acabou com a democracia operária no sindicato e passou a perseguir os trabalhadores que se organizam, para lutar contra os acordos de demissão, terceirização, redução de salários e direitos, feitos entre sindicato e patrões.

A demissão por justa causa, do companheiro José Parane, más conhecido por Zé Galinha, pela Volkswagen logo após a eleição para a direção do sindicato, é uma prova da perseguição que faz

a direção traidora aos operários. Zé galinha foi demitido porque tentou organizar uma chapa de oposição para participar da eleição para o Comitê Sindical de Empresa (CSE) e para a direção do sindicato. É dever do sindicato convocar uma assembleia na fábrica e dos metalúrgicos em geral, para lutar contra as demissões e pela reintegração de José Parane e todos os trabalhadores demitidos.

O Boletim Nossa Classe faz uma campanha junto aos operários para que os sindicatos e centrais rompam com o governo burguês

São Paulo

## Intervenção do POR no ato contra a privatização da SABESP



No dia 23 de julho, ocorreu uma manifestação na Av. Paulista, contra as privatizações previstas pelo governo Tarcísio de Freitas/ Republicanos. A atividade foi convocada principalmente pelo SINTAEMA (que representa os trabalhadores da Sabesp) e pela UMES (União Municipal dos Estudantes Secundaristas), e contou com a participação de outros sindicatos, com destaque para os metroviários e ferroviários, além de parlamentares, centrais (CTB, CUT e CSP-Conlutas), movimentos e partidos. O Partido Operário Revolucionário (POR) interveio por meio de um manifesto e bandeiras, e fez uso da palavra.

O protesto do dia 23 fez parte de um conjunto de pequenos atos e panfletagens, encabeçado pela UMES. Vale lembrar que a entidade estudantil é dirigida há décadas pela Juventude Pátria Livre (que vem do antigo MR-8), hoje dentro do PCdoB. É uma corrente que possui raízes no estalinismo e no nacionalismo, que traz consigo uma retórica de defesa do patrimônio brasileiro. Do ponto de vista prático, porém, não tem colocado empenho numa verdadeira campanha de combate às privatizações. O fato de ter convocado o ato para um domingo, quando a Av. Paulista se encontra fechada aos automóveis, transformando-se numa espécie de parque, num clima completamente avesso a manifestações políticas, já revela que a intenção não era – não é - a do enfrentamento. O mesmo vale para os demais sindicatos e movimentos. O sindicato dos metroviários, por exemplo, dirigido por correntes mais à esquerda, como o Resistência-PSOL, levou ao ato apenas alguns representantes, como pura formalidade. Mesmo a CSP-Conlutas, dirigida pelo PSTU, mandou somente uma representação.

Em outras palavras, não houve um verdadeiro empenho na construção da mobilização, o que passaria pela realização de assembleias de base presenciais, publicação de materiais aos trabalhadores e à população, com larga distribuição etc. É o que a gravidade da situação exigia. Aliás, é o que se tem visto há tempos: a privatização vem avançando “por dentro”, abarcando setores como limpeza, segurança e manutenção, e vem avançando sem uma resistência séria por parte das direções sindicais. Ao contrário, é de amplo conhecimento que os reformistas (PT), quando no poder, facilitaram e até encabeçaram medidas de privatização. Basta lembrar o avanço da privatização na Educação no município

de Lula/Alckmin. Que as centrais e sindicatos convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, para defender os empregos, salários e direitos. E para organizar as oposições de luta, independente, classistas e revolucionárias, em todas as fábricas, para expulsar a direção vendida e traidora e resgatar o sindicato para a luta de classes. Colocar o sindicato a serviço da luta pela revolução proletária, pela destruição do capitalismo, e a constituição de um governo operário e camponês, expressão da ditadura do proletariado.

de São Paulo, na época da gestão Haddad, ou lembrar o leilão do Campo de Libra, na época da presidente Dilma. Sem uma massiva mobilização contrária, a tendência é a de que o governo Tarcísio consiga impor mais essa derrota aos explorados, trazendo um enorme impacto (negativo) na vida destes.

### Reproduzimos uma das passagens do manifesto distribuído no ato

A Sabesp, empresa de economia mista, atende, atualmente 375 municípios paulistas onde vivem 28,4 milhões de pessoas. Empresa que gera lucros ao governo de São Paulo há mais de 20 anos. Por isso, a sanha do governo de Tarcísio de privatizá-la somente se explica pelos interesses do capital. Com ações negociadas na bolsa de valores, gerou 1,4 bilhão somente no primeiro semestre de 2021, segundo a Carta Capital. Em maio de 2023, a JPMorgan projetou que a ação da Sabesp pode chegar a R\$100,00 em caso de privatização (nesse período estava em R\$55,00). Está aí o motivo central do governo se empenhar tanto para sua entrega à iniciativa privada. Soma-se a isso o número de trabalhadores da Sabesp, que sofrerão com o Plano de Demissão Incentivada (PDI). Hoje possui 13 mil trabalhadores.

Para a população que depende dos serviços da Sabesp, já sabemos quais são as consequências (nefastas) da privatização: o sucateamento dos serviços e aumento das contas de água e esgoto, como forma de gerar mais lucros aos capitalistas. Durante a campanha eleitoral, Fernando Haddad/PT criticou fortemente a proposta de privatização de Tarcísio. No entanto, agora que estão em comunhão na Reforma Fiscal, não há qualquer pronunciamento do petista com a concretização do projeto do governo.

Com o metrô a situação é mais complicada ainda. Uma parte das linhas já é privatizada. As únicas que estão sob o controle estatal estão sendo colocadas para a privatização. Ou seja, o transporte deixará de ser público e passará integralmente para as mãos dos capitalistas, que visam apenas o lucro. As linhas privatizadas já apresentam as consequências comuns da privatização, que é o sucateamento, com vários problemas cotidianos de manutenção, descarrilamento, superlotação etc., colocando a vida dos trabalhadores que utilizam esse serviço em risco todos os dias. Sem dizer os altos valores das passagens, que penalizam a maioria dos trabalhadores e estudantes.

Como se vê, o problema dos serviços públicos essenciais é gigantesco. Grande parte do setor da Saúde já é privatizada, a Educação sofre com a ofensiva dos capitalistas, o transporte rodoviário é integralmente privatizado. Portanto, a luta pela estatização dos serviços públicos é uma tarefa da maioria explorada. É preciso um movimento nacional que coloque a bandeira de estatização, sem indenização e sob o controle dos trabalhadores.

São Paulo - Francisco Morato

## Construir os comitês de luta por moradia, emprego, salário e direitos

A Associação de moradia Chico Mendes, no município de Francisco Morato, iniciou o ano com assembleias, que reuniam famílias que necessitam urgentemente de moradias. No entanto, logo deixou esse método coletivo para se transformar em agência que administra a venda de terrenos. Sua direção abandonou o discurso das assembleias, em torno ao objetivo de lutar pela moradia popular, para se dedicar às livres e informes pelo de grupo de Whatsapp. O que resultou na rejeição dos métodos próprios de luta dos trabalhadores.

A militância do Partido Operário Revolucionário, desde o início de 2023, vinha participando das assembleias, defendendo a luta por moradia, emprego, salário e direitos trabalhistas. Para isso, divulgava o Boletim Nossa Classe, que expressava a política do partido junto aos explorados e, em particular, ao proletariado. As famílias acabavam se identificando com a luta do Boletim Nos-

sa Classe, porque convivem com as demissões, terceirização, os salários miseráveis e toda sorte de ataque dos capitalistas.

O desmonte das assembleias facilitou a penetração de posições eleitoreiras entre as famílias que necessitam de moradias. O PSOL, o PT não fica atrás, está atrás de erguer os comitês eleitorais, em função das eleições municipais. O que implica alimentar as famílias com promessas, próprias de disputas eleitorais. O POR, por sua vez, tem combatido essa prática burguesa e feito a campanha de que os explorados (as famílias) devem confiar apenas em suas próprias forças coletivas, exigindo o retorno das assembleias presenciais, para que possam aprovar um programa em defesa das reivindicações, onde a moradia ocupa um lugar central. E rechaçado os comitês eleitorais, mostrando a importância da construção dos comitês de luta nos bairros, organismos regidos pela democracia operária e independentes dos governos e do eleitoralismo.

## Rondônia

No dia 27 de julho, iniciou o CECUT no estado de Rondônia. A Corrente Proletária intervém com as Teses do POR, que foram distribuídas no plenário, com a banca de materiais e com uma Carta, que reproduzimos abaixo.

### Carta da Corrente Proletária distribuída no CECUT de Porto Velho

## Construir direções classistas para pôr de pé a democracia operária

A escolha de delegados para o CECUT-Rondônia foi realizada de forma alheia ao que prevê o estatuto da CUT. A escolha foi realizada por meio de "assembleias" virtuais, sem ampla divulgação aos filiados. Para a Corrente Proletária na Educação (CPE), essa eleição de delegados não corresponde à democracia sindical. Esse método burocrático-aparelhista não permite construir uma independência de classe das organizações de luta do proletariado e dos demais explorados. E, por isso, rechaçamos sempre essas costumeiras ações que ferem a democracia operária.

Nós, da CPE, submetemos nosso nome para concorrer como delegado por esse meio virtual, por compreender que somos filiados aos sindicatos e ajudamos a construir a verdadeira luta de emancipação da classe explorada, nos marcos do capitalismo apodrecido e diante da aprofunda crise de direção, cuja responsabilidade das direções corporativas é visível.

Para nós, o slogan "DIREITOS E DEMOCRACIA QUE TRANSFORMAM VIDAS!", que serve de bandeira ao CONCUR-2023, significa uma farsa, a começar pela eleição dos delegados.

Embora as orientações indicadas pela nacional do CONCUR para a organização dos CECUTs chamem a atenção para a divulgação dos CECUTs, de forma que, em teoria, permitam as diversas categorias trabalhistas participarem ativamente do processo de eleição de delegados às vagas previstas em regimento, a verdade é que até mesmo os integrantes de regionais de determinadas entidades, nas vésperas de acontecer o CECUT, sequer estão atualizados com informações em torno da efetivação do congresso. O caso emblemático é o das regionais do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Rondônia, Sintero.

Militantes da Corrente Proletária da Educação/POR buscaram informações em uma das 11 regionais mais importantes do sindicato, pelo número de filiados da regional, e tiveram como resposta da direção que não tinha nenhuma informação sobre o evento.

A preparação destes CECUTs, se não fosse a relação submissa

aos governos, ditada pela política de conciliação de classe, teria o compromisso classista com os trabalhadores de promover uma divulgação massiva, fazer uma boa preparação das discussões e realizar uma assembleia com presença das bases. Da assembleia decorrente de uma discussão politizada em torno da orientação para as lutas do próximo período e da importância de unificar os trabalhadores em um movimento contra os ataques patronais, resultaria a escolha pelo voto consciente dos delegados para o CONCUR. Além de eleger a direção local, é também o momento de se preparar para o Congresso que elegerá a direção nacional. Mas, não houve a assembleia presencial, como defendemos, e nos vimos diante de uma caricatura de assembleia virtual.

O momento também poderia envolver as bases nas discussões críticas, de forma que compreendessem a proposta da direção da CUT, que se apoia em três eixos, como comparece no caderno do CONCUR, que supostamente seriam o melhor caminho para organizar os destinos dos explorados do Brasil:

Eixo um. Fortalecimento do sindicalismo cutista. Valorização da negociação coletiva e atualização da organização sindical; Eixo dois. Protagonismo da CUT na reconstrução do Brasil, da democracia, dos direitos e da soberania; Eixo três. Intervenção da CUT na reconstrução do desenvolvimento econômico sustentável e combate à desigualdade e contribuições das correntes políticas ao 14º CONCUR.

O que se vê nas proposições aos debates destes eixos é o continuísmo da política de colaboração de classes, aprofundada pela orientação da direção burocrática de submeter o programa de reivindicações dos trabalhadores às negociatas de cúpula com os capitalistas, os governos e os partidos no parlamento, em contraposição à organização da luta independente e unida dos explorados por suas reais necessidades. É assim que as direções conciliadoras anulam os sindicatos como instrumento da luta dos oprimidos contra os opressores.

Ao longo dos três eixos, percebe-se a linha política de limitar o movimento sindical às pressões parlamentares, promover a colaboração com propostas para as políticas públicas, o que significa colaborar com as políticas do governo Lula/Alckmin, deixando-os de mãos livres e tranquilos, sem terem de enfrentar um poderoso movimento grevista, que unifique as lutas das diversas categorias em defesa de suas reivindicações.

Pretender “justiça”, “direito” e “democracia”, sem organizar as massas pelo método da ação direta e sem vincular suas lutas imediatas à destruição da sociedade de exploração do homem pelo homem, não leva à “igualdade”, mas sim à manutenção do regime burguês de exploração do trabalho e de todo tipo de opressão social.

Esta declaração da Corrente Proletária na Educação, regional do POR, em Rondônia, se fez necessária diante das formas bu-

rocráticas e corporativas como se vem realizando os congressos estaduais da CUT. Está colocada a dura luta da vanguarda com consciência de classe pela edificação da democracia operária, que deve reger o funcionamento dos sindicatos e todas as suas ações de defesa do programa próprio dos explorados.

Mesmo em condições difíceis e quase impossíveis de se realizar uma discussão consistente e tomar decisões conscientes no CECUT, não deixamos de apresentar resoluções que consideramos como caminho seguro, que cedo ou tarde os explorados terão de trilhar. Nossa luta é para que seja mais cedo do que tarde, uma vez que a barbárie capitalista vem avançando em ritmo acelerado.

Por sindicatos classistas, independentes e de luta! Por uma CUT capaz de unir a classe operária e os demais trabalhadores em luta por um programa próprio de reivindicações e pela revolução social!

## São Paulo

### Votar na Chapa 2 para derrotar a burocracia no SINPEEM

A eleição virtual para a Diretoria do SINPEEM ocorrerá no dia 1º de agosto. Trata-se mais uma farsa da burocracia para continuar reinando no sindicato. A burocracia iniciou a votação no dia 5 de maio, mas alegando “problemas técnicos”, suspendeu depois de parte dos filiados já terem votado.

A Corrente Proletária na Educação/POR defendeu que as eleições fossem presenciais com ampla divulgação nas escolas do programa das chapas, mas não teve a força necessária para remover mais esse atentado contra a democracia sindical, que são as eleições virtuais. Assim, atuou e se integrou à chapa 2 –Oposição Unificada. É uma frente, que reúne várias correntes e militantes independentes de esquerda, uma chapa constituída a partir de uma Convenção, a qual aprovou o seu programa e a composição. Para a Corrente Proletária, a derrota da burocracia sindical, encastelada há décadas no SINPEEM, é necessária para retomar a entidade como um instrumento de luta. Daí a centralidade na defesa do princípio da democracia operária e da independência de classe.

A campanha salarial deste ano demonstrou a importância de superar a atual direção. Diante de uma proposta rebaixada da Prefeitura, a burocracia do SINPEEM e dos demais sindicatos que compõem o Fórum das Entidades do funcionalismo municipal impediu a defesa da greve pela oposição na penúltima assembleia da campanha, bloqueando o caminho por onde os trabalhadores poderiam conquistar suas reivindicações. Na última assembleia, a tendência grevista já havia arrefecido, dado que o acordo rebaixado já estava selado. A direção, no entanto, não deixou de cantar vitória, com o discurso do que era o “possível de ser alcançado”. A experiência da luta de classes já provou, porém, que as mobilizações massivas e radicalizadas, com o método da ação direta, modificam a correlação de forças favoravelmente aos trabalhadores.

## São Paulo

### Eleição de professores nas escolas para o Congresso da APEOESP

O Congresso da Apeoesp ocorrerá nos dias 1, 2 e 3 de setembro, em Piracicaba. Os delegados não são eleitos diretamente nas escolas. O critério é bastante burocrático: primeiro, elege a cada 10 professores filiados 1 pré-delegado. Depois, realiza-se encontros regionais e, de acordo com uma cota burocrática pré-estabelecida, são eleitos os delegados. Por exemplo, na subsede Lapa são cerca de 4 mil filiados em 149 escolas, mas tem direito somente a 34 delegados. Como se vê, somente uma ultra minoria, geralmente os conselheiros estaduais e regionais e alguns representantes de escolas, que se elege como delegados.

A história da própria categoria também já o demonstrou repetidas vezes.

Na reunião de Representantes de Escola, ocorrida em 27/7, pela via virtual, o discurso exitista da direção esteve presente novamente. O presidente do sindicato, Cláudio Fonseca/CIDADANIA (ex-PPS), utilizou o encontro para fazer campanha em favor de sua chapa, passando horas a fio, num longo monólogo (como de costume nas instâncias do sindicato), enquanto a oposição teve somente duas intervenções, de um minuto cada. Fonseca enumerou as supostas “conquistas” do SINPEEM, além de reivindicar como suas algumas conquistas verdadeiras do conjunto dos trabalhadores, como na questão da transformação do regime de salários em subsídios. É o discurso típico de todas as burocracias sindicais: quando há vitória, reivindicam para si; quando há derrota, ou tentam inverter a realidade, ou responsabilizam as bases. Na verdade, nenhuma das grandes conquistas vieram sem a luta aguerrida dos professores e funcionários, apesar do bloqueio imposto pelas direções conciliadoras e corporativistas.

O POR luta para conformar uma fração revolucionária no interior dos sindicatos. Tem defendido sistematicamente a necessidade de organizar e mobilizar os trabalhadores em Educação da rede municipal, em unidade com os demais explorados, em defesa das reivindicações mais sentidas, de emprego, salário e direitos. A defesa da democracia sindical e da independência diante da burguesia e seus governos se coloca como uma exigência frente a um sindicato burocratizado, e frente a um governo privatista, como o governo do prefeito Ricardo Nunes/MDB. O voto na Chapa 2 deve assumir esse conteúdo, é esse o chamado que a Corrente Proletária faz diante dos trabalhadores da rede.

A Corrente Proletária iniciou as discussões nas escolas para a eleição de pré-delegados. Está inscrita como Tese 5 para o Congresso. O objetivo é defender a independência da Apeoesp diante do governo Lula, recuperar a democracia sindical nas instâncias do sindicato e aprovar um programa de reivindicações, que unifica os trabalhadores da educação, estudantes e demais explorados, e os métodos próprios de luta para conquistá-lo.

Publicamos a seguir uma breve síntese da Tese da Corrente Proletária.

# Rejeitar a conciliação e aprovar a independência de classe

## I. Apresentação

O XXVII Congresso deve responder aos grandes problemas que atingem a maioria oprimida. A discussão da situação mundial e nacional deve estar na base das resoluções sobre as tarefas do movimento sindical, em particular da APEOESP. É preciso dar um basta aos Congressos das cartas marcadas, dos compromissos de erguer os crachás, de comportamento de torcidas num campeonato, enfim, de todos os prejuízos que anulam o verdadeiro objetivo de um Congresso. Modificar esse caminho tortuoso dado ao Congresso é de extrema importância para recuperar a APEOESP como sindicato independente diante do Estado e do governo, e como instrumento de luta pelas reivindicações mais sentidas.

## II. Resolução internacional

A maioria explorada vem sendo duramente sacrificada. A manifestação da crise mundial do capitalismo de 2008-2009 não dá sinais de trégua. Ao contrário, tomou a forma de escalada militar por parte das potências imperialistas. A guerra na Ucrânia, promovida pelos Estados Unidos e a aliança europeia, que fez da ex-república soviética bucha de canhão da OTAN e escudo da burocracia russa, tem provocado consequências desastrosas, tais como o aumento da fome, miséria e opressão nacional sobre os países semicoloniais. A guerra comercial entre Estados Unidos e China, por outro lado, faz parte dessa tendência bélica do capitalismo em desintegração.

O capitalismo na fase imperialista não é de reformas em favor dos explorados, é de guerras e barbárie social. Isso porque se elevou ao grau máximo a contradição entre as potencialidades das forças produtivas, as relações monopolistas de produção e as fronteiras nacionais. E o sistema econômico, para sobreviver, depende de maior opressão nacional, saque de riquezas e exploração de maior contingente da população. O que implica o combate para soterrar o capitalismo e edificar uma sociedade socialista, onde não há a exploração do homem pelo homem.

A Corrente Proletária propõe que os sindicatos e centrais organizem uma campanha, com paralisações e manifestações de rua: 1) pelo fim da guerra na Ucrânia, por uma paz sem anexação e sem as imposições do imperialismo, e do seu braço armado, a OTAN; 2) pelo desmantelamento da OTAN, revogação de todas as sanções impostas à Rússia, autodeterminação, integridade territorial e retirada das tropas russas da Ucrânia; 3) unidade mundial dos trabalhadores para combater a escalada militar; 4) apoio efetivo aos movimentos e greves em favor do emprego, salário e direitos trabalhistas, para enfrentar os ataques da burguesia mundial à população pobre.

## III. Resolução Nacional

Estamos diante de um problema que é crucial para o movimento sindical, que é a defesa da independência política e organizativa dos trabalhadores frente ao governo de Lula e aos demais governos burgueses. Até o presente momento, as direções da APEOESP e da CUT estão se colocando pelo apoio à governabilidade de Lula, sob o discurso de que se trata de um governo “em disputa”. Para

isso, se apoiam no argumento de que o bolsonarismo se mantém vivo e que Lula é a expressão da democracia contra o fascismo. A Corrente Proletária se coloca contra essas formulações da direção da APEOESP, que agora inclui a maioria das correntes do PSOL.

Não se derrota as tendências fascistas do bolsonarismo servindo aos interesses gerais dos capitalistas e das potências imperialistas. Não se derrota, também, a ultradireita no terreno da democracia burguesa e de suas instituições (Congresso Nacional, Judiciário etc.). Somente é possível derrotar a ultradireita fascista com os métodos próprios dos explorados, ou seja, pela luta de classes.

O governo Lula está comprometido com o grande capital. Eis por que aprovou o Marco Temporal, o Arcabouço Fiscal e a Reforma Tributária. E se recusou a revogar as contrarreformas trabalhista, previdenciária e o Novo Ensino Médio, que vêm esmagando a maioria oprimida. Qualquer apoio ao governo é se colocar por conter o descontentamento dos explorados contra as demissões, desemprego, fechamento de fábricas, salário mínimo de fome etc. É alimentar ilusões de que é possível obter concessões desse governo supostamente “em disputa”.

A Corrente Proletária defende que se aprove a bandeira de “oposição revolucionária ao governo Lula”, que tem como essência a luta pela independência política e organizativa dos sindicatos e centrais, e a defesa de um programa próprio de reivindicações, a ser conquistado pelos métodos próprios do proletariado. Que os delegados aprovem: 1) o rompimento dos sindicatos e centrais, que inclui a APEOESP, a CNTE e CUT, com o governo Lula/Alckmin; 2) aprovação de um programa de reivindicações, que unifique os trabalhadores da educação com os demais explorados; 3) rechaço ao Marco Temporal, Arcabouço Fiscal e Reforma Tributária; 4) revogação das contrarreformas de Temer e Bolsonaro - trabalhista, previdenciária e do Novo Ensino Médio; 5) que as centrais, sindicatos, entidades estudantis e movimentos convoquem um Dia Nacional de Lutas, com paralisações e atos massivos de rua, em defesa das reivindicações dos oprimidos; 6) defesa da estratégia própria de poder, ou seja, do governo operário e camponês, resultado da revolução social.

## IV. Resolução Estadual

O governador Tarcísio de Freitas assume a herança peessedebista e se coloca como abertamente privatista, entregando o que restou das estatais, como ocorre com a venda da Sabesp, o porto de Santos, ampliando a terceirização nos serviços públicos, fechando mais salas de aulas/turnos, eliminando conquistas do magistério e mantendo o salário miserável da maioria do funcionalismo. Há ainda mais um agravante: como é um governo ultradireitista, objetiva fortalecer o Estado policial, aumentando o poder repressivo da polícia nos bairros pobres, nas escolas e, particularmente, sobre a juventude negra. Está aí por que é preciso organizar a luta, desde as bases, para enfrentar nas ruas o governo bolsonarista.

É necessário que o Congresso aprove: 1) a convocação de assembleias presenciais, amplamente preparadas desde as escolas, para aprovar a luta pelo emprego a todos os professores, pelas salas de aulas com o número máximo de 25 alunos, pela efetivação de todos os professores contratados, pela estabilidade, pelo fim da farsa da nova Carreira, pela devolução do tempo de trabalho durante a pandemia, pela reposição das perdas salariais, combate ao PEI, Novo Ensino Médio e demais programas que expulsam estudantes e ampliam a jornada de trabalho do professorado; 2) a luta contra a privatização da Sabesp, Metrô, portos e estradas; 3) o combate à privatização da saúde e ao fortalecimento do SUS e IAMSPE; 4) o programa de reivindicações que una a maioria oprimida para enfrentar o ultradireitista Tarcísio de Freitas.

## V. Resolução educacional

A política educacional do governo Tarcísio está sob a orientação ditada pelo governo Lula, desde o MEC e, mais acima deste, dos organismos internacionais, como o Banco Mundial e outros mecanismos à serviço do imperialismo. Aplica a linha determinada pelos grandes monopólios do setor. Por isso, sua política está voltada ao acirramento da precarização/destruição da Educação pública, dentro da lógica de enxugamento do orçamento estatal, tendo em vista a necessidade de preservar o parasitismo do capital financeiro, particularmente em relação à extorsiva dívida pública.

A decomposição do ensino reflete a desagregação geral do sistema capitalista. A raiz da falência do ensino é mais profunda, encontra-se na separação entre teoria e prática, entre sujeito e objeto do conhecimento. A propriedade privada dos meios de produção não pode permitir um genuíno entroncamento entre ciência e produção social, pois isso potencializaria ainda mais as forças produtivas, num contexto de crise de superprodução.

A Corrente Proletária defende: 1) o sistema único de ensino público, gratuito, para todos e em todos os níveis, laico, vinculado à produção social e sob controle de quem estuda e trabalha; 2) o combate à privatização e a precarização do ensino; 3) a estatização, sem indenização, de toda a rede privada de ensino; 4) o fim do EaD, do ensino de tempo integral e da terceirização; 5) a efetivação dos terceirizados pelo Estado; 6) a revogação imediata e na íntegra do Novo Ensino Médio/BNCC; 7) o rechaço à “Nova Carreira”, fim de todo tipo de discriminação/divisão entre os trabalhadores; 8) trabalho igual, salário igual; 9) a estabilidade a todos; 10) o fim dos concursos excludentes; 11) nenhum fechamento de sala/turno/escola, e reabertura das salas fechadas; 12) as salas de aula com o máximo de 25 alunos; 13) a melhoria das condições de trabalho e da situação física das escolas; 14) que sejam oferecidas todas as condições e o apoio necessários para o atendimento aos alunos com deficiência; 15) dar uma resposta classista ao problema da violência nas escolas, mobilizando os trabalhadores e a juventude, em defesa de melhores condições de vida e de trabalho, contra todas as formas de precarização e sucateamento do ensino; 16) não ao recrudescimento das medidas repressivas, que só fortalecem o controle e a militarização das escolas; 17) derrotar o reacionário movimento “Escola sem Partido” com a organização e a mobilização unitária dos professores, funcionários, estudantes e suas famílias; 18) que o Estado financie integralmente a Educação, de acordo com um plano decidido pelos que estudam e trabalham, em suas assembleias.

## VI. Resolução Sindical

Estamos diante de direções sindicais que há muito tempo vem submetendo os organismos dos trabalhadores à estratégia da democracia burguesa e à tática da colaboração de classes. O que im-

plicou e implica a anulação dos princípios básicos do sindicalismo, que são a independência de classe diante do patronato e governantes, e a democracia operária.

A Corrente Proletária defende a recuperação dos sindicatos para a luta. Para isso, trabalha para constituir oposições sindicais classistas e independentes. Rechaça a política de conciliação de classes e se coloca pelos métodos coletivos de ação direta dos trabalhadores. Faz parte da recuperação dos sindicatos a luta pela democracia sindical. Esse Congresso, para ter algum significado para o professorado, tem de se colocar por rejeitar todos os mecanismos que impedem a democracia sindical. É preciso também combater a política corporativista das direções sindicais. Para isso, o Congresso deve aprovar as reivindicações que unificam os professores com os demais trabalhadores.

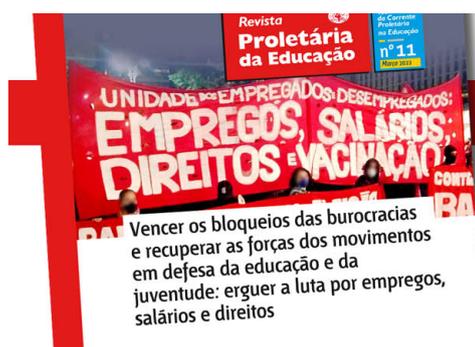
A Corrente Proletária defende: 1) revogação das reformas trabalhista, previdenciária e da terceirização; 2) salário mínimo vital, que permita ao trabalhador a manutenção de sua família, calculado pelas assembleias de base; 3) emprego a todos, por meio da redução da jornada, sem redução de salário - escala móvel das horas de trabalho; 4) reposição das perdas salariais, tomando como base os cálculos do DIEESE, que em junho/23 era de R\$ 6.578,41; 5) saúde e educação públicas; 6) eleições sindicais livres, presenciais e democráticas; 7) fim dos “sindicatos-empresas”; 8) assembleias democráticas e soberanas, com direito da base se expressar.

## VII. Resolução sobre as opressões

Vivemos uma profunda crise econômica mundial, agravada pela guerra na Ucrânia, pela guerra comercial entre a China e os Estados Unidos, e pelo avanço da escalada militar. As consequências têm sido dramáticas para a maioria oprimida de todo o mundo, com o avanço da fome, miséria, desemprego e doenças. E com o acirramento das discriminações sociais e raciais.

É preciso combater as opressões como parte da luta de classes do proletariado voltada à revolução social. Do contrário, acaba-se alimentando a ilusão de que a burguesia é capaz de promover o processo civilizatório ao ponto de eliminar tais opressões. Essa falsa perspectiva é típica do reformismo arcaico e contrarrevolucionário.

O Congresso deve aprovar uma resolução que de fato impulse a luta contra a opressão de classe e as consequentes discriminações. A Corrente Proletária propõe: 1) unificar os movimentos contrários às opressões em uma só força de combate às discriminações, tendo por base o programa da revolução social; 2) emprego a toda a juventude, combinado com os estudos; 3) trabalho igual, salário igual; 4) revogação da reforma trabalhista e previdenciária, que empurra a juventude às relações de trabalho mais precarizadas e mais opressivas; 5) proteção à maternidade, direito ao aborto garantido pelo Estado, superação da dupla jornada de trabalho e condições que permitiam combinar o trabalho, a maternidade e os estudos.



## Revista Proletária na Educação

**n° 11**  
Março 2022

As contrarreformas estão em pleno processo de aplicação nos estados e municípios, piorando sensivelmente a situação de vida dos trabalhadores em geral, e os da educação em especial. A Pandemia acentuou todos os problemas. Configura-se um cenário de destruição e de pesados ataques por parte da burguesia contra os explorados. E é justamente essa situação geral que se pretende refletir na 11ª edição da Revista Proletária

## Efetivação de todos os professores contratados: unidade e independência de classe

O governo do estado do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), promove o aumento do desemprego ao mesmo tempo em que avança na destruição da educação pública. Através do ofício “Estratégias para otimização, suprimento e gerenciamento de Recursos Humanos da Rede de Educação do RS” a Secretaria da Educação (SEDUC) implementa a diretriz: demissão dos trabalhadores da educação que se encontram em maior vulnerabilidade, os que estão sob regime de contrato temporário e sob licença-saúde. Diz o documento: “Reitera-se a necessidade de promover a dispensa dos servidores com vínculo de contrato temporário, em gozo de licença-saúde, com vistas à liberação de vagas para atendimento das escolas”. Além da demissão dos trabalhadores que apresentam doenças físicas ou mentais, o estado ameaça com demissão os demais contratados, que não puderem se adequar ao aumento da carga horária de trabalho conforme “houver a necessidade nas escolas da rede”, passando de 20 horas para 40 horas semanais.

O processo de destruição da escola e avanço da mercantilização do ensino público e do autoritarismo estatal não param e não se limitam à gestão de Eduardo Leite. Somente no mês de julho, além dos professores contratados que estavam em licença-saúde serem desligado e as ameaças com mais exoneração de docentes em regime de contratos temporários, o ensino público gaúcho vem sofrendo diretamente os reflexos da decomposição capitalista: privatizações e municipalização de escolas no interior do estado; “tutores pedagógicos” vêm sendo colocados de forma arbitrária, como agentes do governo, em escolas da região metropolitana; após a contrarreforma da previdência aplicada por Leite em 2020, na sua gestão anterior, devido a “erros de cálculo no pagamento”, mais de 1.350 educadores aposentados apresentaram redução no valor de sua aposentadoria, alguns tendo mais de mil reais de desconto; manutenção da militarização das escolas no RS; projeto de lei de escola em tempo integral; manutenção do novo ensino médio; defasagem salarial; aumento do desconto do IPE-saúde; cobrança previdenciária aos aposentados.

Diante dessa situação, o CPERS-Sindicato, que representa mais de 80 mil professores e funcionários de escola da rede estadual, em sua última Assembleia Geral (14/07) aprovou uma “agenda de lutas” baseada unicamente em métodos alheios a luta de classes: moções, pressões a parlamentares, busca de “medidas legais” através de assessoria jurídica, GT’s, plenárias virtuais e todo tipo de encontros e reuniões de cúpulas, ignorando e deixando de lado a mobilização da categoria para a defesa de seu emprego, salário e suas necessidades mais sentidas. A principal pauta imposta pela Direção Central foi no sentido promover o retorno do sindicato à Central Única dos Trabalhadores (CUT). Nesse retorno ao “unificar com as lutas do governo Lula (PT)”, conforme a direção em nota, fica sinalizado a submissão política do sindicato em relação ao governo federal. Ficando cada vez mais explícito a estatização

e o burocratismo, verdadeiros entraves para uma organização de classe da categoria, com seu programa e métodos próprios.

Não é de hoje que a Direção Central do CPERS-Sindicato cumpre o papel de burocracia sindical, sendo a correia de transmissão dos interesses patronais, do Estado. Ao apontar o concurso público como a única solução para o problema dos que estão em regime de contratação temporária, promove um verdadeiro divisionismo na categoria. Na medida em que se nega a levantar a bandeira da efetivação, ampla e irrestrita de todos os contratados, o sindicato deixa a própria sorte mais de 45% da categoria, que padece nessa situação e reforça a discriminação entre contratados e efetivos. Nada mudou após as últimas demissões. Ao invés de servir como organizador político e instrumento de luta, se colocando em defesa da classe, o sindicato se limitou a clamar para que o governo “repense suas políticas” e “que aja de forma mais humana, que pense no bem-estar e na saúde dos cidadãos”. Por fim, orientou os contratados a buscarem medidas legais.

Visando a luta pela autonomia e pela defesa da escola pública, a Corrente Proletária na Educação/POR apresenta os seguintes pontos como forma de defesa do emprego, salário e condições de vida: 1)Efetivação de todos os temporários; nenhuma demissão; efetivação imediata daqueles que foram desligados em licença-saúde; 2)Fim do Novo Ensino Médio e das escolas militares; 3) Em defesa do ensino presencial; fim de todo ensino a distância; 4)Nenhuma escola sem professor(a), nenhum professor(a) sem escola; 5)Implementação da escala móvel de horas de trabalho, divisão das aulas entre todos os professores, 20 horas semanais a todos os professores, sem redução de salário; 6)Fim do autoritarismo; autonomia da escola perante o Estado, igreja e burguesia; desmilitarização das escolas; nenhuma escola gerida por militares ou policiais, exército/BM; fim dos “tutores pedagógicos”, agentes do Estado no seio das escolas; estatização sem indenização de toda a rede privada de ensino; educação voltada a produção social; 7) Por um sistema único de ensino; laico, gratuito e com autonomia perante ao Estado capitalista; 8)Por um piso salarial não inferior ao salário mínimo do Dieese e reajuste automático de acordo com a inflação; 9)A luta dos trabalhadores da educação deve confluir com o movimento operário. A escola de classe da burguesia é o reflexo do esgotamento histórico do capitalismo e sobrevive em meio a barbárie social; somente com a uma nova sociedade (socialista) será possível uma nova escola; 10)A luta sindical passa por expandir os mecanismos de democracia operária e romper o controle estatal dos sindicatos; por um sindicato livre da influência dos governos; rejeitar as pautas corporativistas e economicistas do CPERS-Sindicato; combater a submissão do sindicato ao governo federal;

Constituir frações revolucionárias em oposição ao governo burguês de frente ampla chefiado por Lula/Alckmin.

ADQUIRA

COM NOSSO  
DISTRIBUIDOR  
DO MASSAS



Rio Grande do Sul

## **MBL invade diretórios acadêmicos do IFCH, estudantes organizam assembleia para enfrentar o grupo de direita**

*Para combater o MBL, é preciso organizar o movimento estudantil para lutar contra a crescente privatização da universidade*

No dia 6 de julho, membros do MBL invadiram os diretórios acadêmicos dos cursos de História, Ciências Sociais e Filosofia da UFRGS, portando latas de tinta branca para pintar as paredes, argumentando que o prédio é mantido com dinheiro público e eles enquanto “pagadores de impostos” não aceitavam que o “patrimônio público” fosse utilizado para que “esquerdistas” se expressassem. O mesmo fizeram em outras universidades, como na UFSC, de onde foram expulsos pelos estudantes.

Foi convocada, então, uma assembleia no IFCH, no dia 20, para discutir o “avanço da direita e do fascismo na UFRGS” e soluções para impedir as ações do MBL. Assim que a assembleia iniciou, três membros do MBL se revelaram entre os estudantes e começaram a filmar a assembleia, afirmando que gostariam de colocar suas opiniões. Imediatamente militantes do movimento estudantil passaram a exigir que se retirassem do espaço de discussão dos estudantes, uma vez que eles não faziam parte da comunidade acadêmica. Não demorou muito para que a violência física fosse utilizada e os membros do MBL saíssem em fuga sob chutes e socos.

A assembleia recomeçou e as soluções propostas pela militância da esquerda em geral foram completamente despolitizadas, tendo sido defendido aumento da segurança do campus, cadeados e monitoramento das portas dos diretórios pela administração dos cursos, exigência de posicionamento da Comissão de Graduação etc.

A Corrente Proletária Estudantil se posicionou na Assembleia defendendo que para combater o MBL não basta expulsá-los, é necessário combater a política privatista proposta por eles, e que vem avançando a passos largos na UFRGS, com a penetração de multinacionais na pesquisa e extensão, entrega de prédios à inicia-

tiva privada, terceirização, que são produtos também dos ataques à educação pública, que têm levado aos cortes de bolsas e auxílios financeiros aos cotistas e ao próprio desligamento em massa de cotistas. Assim, foi colocado que devemos rechaçar o corporativismo que tem tomado conta do movimento estudantil, e que a assembleia geral convocada para o dia 8 de agosto para organizar a luta contra os desligamentos dos cotistas deveria tratar de organizar a luta contra todos os ataques da política privatista do governo, continuidade dos ataques perpetrados pelos governos anteriores, e que isolar os cotistas subordinando a luta à troca de reitoria era o caminho da derrota, pois o próprio sistema de reitorado está a serviço da política do governo.

A hostilidade entre as correntes de esquerda e o MBL se mantém no campo das acusações morais e agressões físicas, porque a esquerda está subordinada à política econômica do governo Lula/Alckmin, que é de continuidade do governo Bolsonaro e tem avançado na defesa dos interesses capitalistas, aprovando recentemente o Marco Temporal e o Arcabouço Fiscal, assim como implementando o Novo Ensino Médio, dando seguimento aos cortes orçamentários e a privatização em larga escala do ensino público. A esquerda não tem podido organizar o movimento estudantil contra a política privatista do MBL, porque isso exigiria organizar o movimento estudantil contra o governo Lula/Alckmin.

Diante disso, está colocada a tarefa de organizar uma oposição revolucionária ao governo Lula/Alckmin, que impulsiona o movimento estudantil para a luta consequente contra as medidas do governo burguês e imponha às direções dos DAs e DCE a organização da luta independente do governo e da burocracia universitária.

## **Congresso da UNE**

Aconteceu em Brasília, dos dias 12 à 16 de julho, o 59º CONUNE, que reuniu aproximadamente 10 mil estudantes com a tarefa de discutir os rumos da entidade no próximo período e eleger sua nova direção. A Corrente Proletária Estudantil (CPE) realizou sua preparação para esse Congresso elaborando uma tese (Jornal Massas nº 693) e outros documentos, onde expusemos uma linha política proletária para a União Nacional dos Estudantes. Esses materiais estão reunidos no folheto: “Teses da Corrente Proletária Estudantil para o 59º Congresso da UNE e outros textos”, que pode ser adquirido com um militante do POR. A Corrente Proletária interveio no CONUNE com esse material, com o Jornal Massas e banca de livros e folhetos, além de intervenção nos espaços em que foi possível, já que a burocratização do congresso trabalhou para impedir que a CPE expressasse suas posições.

Reproduzimos a seguir o Boletim da Corrente Proletária Estudantil, que está sendo distribuído essa semana nas diversas universidades com intervenção da corrente. Em sua essência, o Boletim avalia que o Congresso não serviu para organizar os estudantes para enfrentar os problemas que a maioria oprimida do país vem sofrendo, entre eles o desemprego, a fome, a miséria e as medidas dos governos para despejar as crises nas costas dos explorados. Pelo contrário, a direção majoritária da UNE (PCdoB e PT),

mantida no poder da entidade com o apoio do PSOL, transformou o Congresso num grande palanque para todo tipo de politiquês eleitoireiro burguês. A linha política aprovada foi a de usar a UNE para sustentar o governo burguês de frente ampla de Lula/Alckmin. Isso impõe uma tarefa muito importante para a juventude com consciência de classe, formar os comitês de luta nas universidades e uma oposição revolucionária ao atual governo.

LANÇAMENTO!

Adquira já com o distribuidor do Massas por apenas

R\$ 5,00

Teses da Corrente Proletária Estudantil para o 59º Congresso da UNE e outros textos









# Corrente Proletária ESTUDANTIL

Ano XII | n. 04 | 26 de Julho de 2023

[massas.por](https://massas.por) | [anchor.fm/por-massas](https://anchor.fm/por-massas) | [pormassas.org](https://pormassas.org) | (11) 95446-2020



CONHEÇA NOSSO  
PROGRAMA E  
MILITE NO POR



## POLÍTICA OPERÁRIA

### Congresso da UNE escancarou o governismo das direções estudantis

Conquistar a independência política e organizativa das entidades estudantis é a principal tarefa para lutar por condições de estudo, contra as discriminações e em defesa de emprego e direitos para a juventude

O 59º CONUNE reuniu cerca de 10 mil jovens universitários de todo o país. Porém, não serviu para aprovar um plano de lutas capaz de enfrentar os problemas da juventude e da maioria oprimida. A total subordinação ao governismo por parte da direção, encabeçada pela UJS/PCdoB e PT bloqueia a mobilização estudantil.

Já está evidente que o governo burguês de Lula/Alckmin é de continuidade dos ataques aos explorados. Para proteger os grandes capitalistas, se comprometeu a não revogar a contrarreforma trabalhista, previdenciária, lei da terceirização, privatizações e o Novo Ensino Médio. Criou um "Novo Arcabouço Fiscal" que manterá o subfinanciamento da Educação e o salário mínimo de fome (hoje, R\$ 1.320). A Reforma Tributária que sairá do Congresso Nacional certamente continuará a despejar sobre os explorados o peso dos impostos. Os ataques no campo continuam com o avanço do Marco Temporal contra os povos indígenas e a CPI do MST, medidas que contam com apoio tanto da oposição

direitista como de parte do próprio governo, em especial o PSD, MDB e União Brasil.

As burocracias estudantis e sindicais canalizaram todas as lutas sob o governo Temer e Bolsonaro para as eleições e integraram a frente ampla burguesa em torno da candidatura de Lula/Alckmin. Agora dizem que é preciso apoiar o governo contra o bolsonarismo, enquanto os mesmos políticos e partidos que golpearam Dilma e deram sustentação ao governo Bolsonaro passam a ocupar mais espaço no governo, da vice-presidência aos ministérios.

A **Corrente Proletária Estudantil** atuou no Congresso da UNE fazendo um chamado para que a UNE rompa com o governismo e os estudantes se unam à maioria explorada em torno de um programa próprio de reivindicações, por empregos, salários, direitos e terra aos camponeses e indígenas. Essas reivindicações não serão conquistadas junto com o governo burguês, mas sim em oposição revolucionária a ele.

### Política das correntes estudantis no 59º CONUNE

A UJS continuará na presidência da UNE, ganhou a eleição com mais de 70% dos votos, apoiada por Kizomba/PT, Levante Popular da Juventude, Mutirão (Pátria Livre/PCdoB), Afronte (Resistência/PSOL) etc. Essas organizações atuaram juntas na defesa do governo para enfrentar o "fascismo", precisando, no máximo, empurrar o governo para a esquerda. A vitória dessa linha política é um bloqueio à independência do movimento estudantil frente aos governos e patrões.

A "oposição" na UNE se dividiu com a adesão de setores do PT ao aberto governismo. Porém os "opositores" Correnteza (UP), União da Juventude Comunista (PCB), Juntos (juventude do MES/PSOL) apresentam uma variação da mesma política governista e reformista, envernizada com algumas críticas.

Também estiveram presentes agrupamentos menores que defenderam uma oposição classista. Porém, essa linha não conseguiu se projetar, seja pela vacilação na linha das correntes Rebelião/PSTU (que chamou o voto crítico em Lula/Alckmin no segundo turno) e da Faísca/MRT (que nem mesmo se definiu perante o segundo turno). Apesar das diferenças, nós da Corrente Proletária Estudantil fazemos o chamado às correntes que reivindicam a necessidade de erguer uma oposição classista ao governo e lutar pelas reivindicações a construir uma oposição prática, de ação e mobilização dos estudantes. Algumas iniciativas frentistas começam a despontar no movimento sindical, com atos contra o arcabouço fiscal e marco temporal. Devemos fortalecer tais iniciativas a partir da formação dos comitês e assembleias nos locais de estudo, trabalho e moradia.

### Palanque para os politiqueiros

A direção burocrática da UNE eliminou espaços democráticos de debate entre os estudantes e expressão das correntes oposicionistas, ao mesmo tempo em que transformou o CONUNE em um enorme palanque para politiqueiros burgueses. Lula, Camilo Santana e outros ministros, a presidência do PT e de outros partidos, secretários do governo e até um ministro do STF, Luís Barroso tiveram toda a liberdade para iludir a juventude. É preciso constituir uma fração revolucionária no movimento estudantil para recuperar a democracia e colocar e conquistar a independência perante a burguesia, seus partidos e instituições.

## **Burocratização, desorganização e caráter festivo são parte da política de conciliação de classes**

Desde 1979 a UNE se mantém nas mãos da UJS/PCdoB, com exceção apenas do período de 1987-91, quando o PT ocupou a presidência da entidade. Para manter o controle burocrático, essa corrente aparelhista e degenerada, que usa a UNE como trampolim político, se vale de todo tipo de acordo com partidos burgueses e de fraudes.

Uma das formas de manter o poder é impedir a politização dos estudantes. Isso se dá por meio da dispersão, provocada pelos imensos atrasos e desorganização no alojamento e alimentação. Chegaram ao absurdo de cancelar as plenárias sobre o movimento estudantil e substituir os grupos de Educação e Conjuntura por palestras com pessoas escolhidas pela direção.

Forma e conteúdo estão ligados: a forma burocrática e festiva serve à política de conciliação de classes, entorpecendo a consciência da juventude. A democracia operária e a

disciplina (necessária para aproveitar ao máximo o tempo e presença de milhares de jovens) estão ligados à política revolucionária, que depende da politização da juventude para debater e aprovar as bandeiras e métodos mais ajustados à realidade. Somente uma juventude consciente e ativa pode voltar do Congresso a suas universidades e organizar a luta pelas reivindicações.

A **Corrente Proletária Estudantil** chama as correntes e estudantes que se opõem ao governismo para erguer uma oposição democrática e combativa no interior da UNE. A oposição aparelhista, que no fim das contas tem a mesma política, não nos serve. Mas uma frente única em torno das reivindicações e métodos de luta terá grande valor para ajudar as colocar as massas trabalhadoras e estudantis em movimento.

### **Como combater a exclusão da juventude do ensino superior e as opressões?**

A lei de cotas, aprovada em 2012, com a indicação de revisão após 10 anos, teve grande destaque no CONUNE. Todas as correntes se embocaram na defesa da manutenção ou ampliação da política cotista. É fato que a imensa maioria da juventude está excluída do ensino superior, sobretudo do público. A principal barreira está na brutal exploração do trabalho e na separação entre o trabalho manual e intelectual, fruto da divisão do trabalho. O desemprego, a precariedade e a miséria sacrificam a imensa maioria da juventude. A opressão sobre mulheres, negros, transexuais, dentre outros, torna a inserção desse contingente ainda mais difícil, ou restrita a determinados cursos.

A reivindicação de acesso de toda a juventude ao ensino superior público foi abandonada, enquanto as direções se adaptaram ao privatismo e ao corporativismo. O discurso democratizante encobriu o PROUNI e o FIES. A Corrente Proletária da Educação defende que se aplique as cotas e rechaça os ataques direitistas, meritocráticos e racistas a elas. É preciso, porém, aprender com a experiência recente. As cotas não foram e não serão capazes de eliminar o racismo ou de acabar com a exclusão da juventude do ensino superior, assim como as demais ações afirmativas não modificam a condição de miséria e opressão que assola a maioria preta e pobre do país e se agravou na última década. Por isso, levamos ao CONUNE as bandeiras de fim de toda forma de exame de ingresso, pelo livre acesso de todos que queiram estudar. Para isso, é preciso expropriar a rede privada de ensino, e constituir um sistema único público, gratuito, laico, vinculado à produção social e controlado pelos que estudam e trabalham. Para garantir a universalização do ensino superior, com financiamento de acordo com as necessidades da comunidade universitária, é preciso romper com o pagamento da dívida pública. Essas lutas colocam a juventude no campo da política do proletariado para transformar, pela via revolucionária, a propriedade privada dos meios de produção em propriedade social. Esse caminho é o único capaz de atingir as raízes de classe da opressão sobre a mulher, negros, indígenas, homossexuais e transexuais.

### **Juventude e internacionalismo proletário**

O CONUNE esteve de costas para os rumos da conjuntura mundial, marcada pelo prolongamento da Guerra na Ucrânia, acirramento da Guerra Comercial entre EUA e China, crise bancária e a destruição ambiental. Fenômenos que têm o potencial de levar a humanidade ao extermínio, seja por meio de uma guerra nuclear ou pela catástrofe climática. Essa conjuntura confirma que não é possível reformar o capitalismo e atesta os limites das ilusões reformistas, dentro e fora do Brasil. É urgente que a juventude se coloque sob o programa do internacionalismo proletário para acabar com a dominação da burguesia, que nos arrasta para a barbárie social.

A Corrente Proletária Estudantil chama a juventude a se erguer pelo fim da Guerra na Ucrânia; por uma paz sem anexações e imposições do imperialismo; pelo desmantelamento da OTAN e suas bases militares; pela autodeterminação e integralidade territorial da Ucrânia, fora as tropas russas!

### **PARTICIPE DO GRUPO DE ESTUDOS DO MARXISMO DO POR**

No dia 9 de agosto retornaremos com o estudo e discussão do **Programa de Transição da IV Internacional**. Trata-se de um documento fundamental na luta dos revolucionários para superar a crise de direção, que como vimos afetas os mais diferentes setores e movimentos, como no caso o movimento estudantil.

**Reuniões nas terças-feiras, às 19h**  
Entre em contato para receber o link.



Informe-se também sobre formações presenciais da CPE/POR, nos estados em que atuamos.

## POR realiza sua escola de quadros do Nordeste

Nos dias 22 e 23 de julho, em Fortaleza, ocorreu a escola de quadros do POR no Nordeste. A atividade contou com a presença de militantes e simpatizantes das regionais do CE, RN, PB e PE. A formação, realizada tradicionalmente pelo POR, foi bastante disciplinada e marcada por um elevado nível teórico, que demonstra o esforço militante em assimilar os fundamentos do marxismo-leninismo-trotskismo e constituir os quadros revolucionários.

A escola de quadros discutiu três temas: a) a crise da educação e a situação da juventude; b) extratos do jornal Massas especial de 5 anos de falecimento de Guillermo Lora; c) extratos sobre a situação política nacional e internacional.

No sábado pela manhã, houve a discussão sobre a crise capitalista e a juventude. O material estudado procurou mostrar que na raiz da crise da educação está a desintegração mundial capitalista e que esta crise se manifesta na forma de abandono escolar, baixo aprendizado, avanço da mercantilização e desnacionalização, expansão do EaD, militarização das escolas, etc. A escola de quadros discutiu nesse tema especialmente a questão da reforma do Ensino Médio de Temer e as escolas de tempo integral como manifestações da ofensiva destruidora da burguesia sobre as condições de vida da juventude e o ensino público.

Sob o capitalismo, grande parte da juventude está mergulhada na barbárie social: falta de perspectiva futura, desemprego, subemprego, violência, drogas e adoecimento mental. Os intelectuais da burguesia e seus governos culpam individualmente os jovens pelo seu fracasso, obscurecendo o fato de que a desintegração da sociedade capitalista já não permite que se dê à juventude nem empregos formais nem acesso pleno à educação. Destacou ainda que o problema fundamental da educação, a separação entre teoria e prática, não pode ser resolvida no interior da sociedade de classes. Finalizou chamando a atenção para o combate às ilusões reformistas, típicas do idealismo pequeno-burguês, de que a escola (elemento da superestrutura social) constitui o instrumento fundamental de transformação da sociedade, ressaltando exatamente o contrário: uma nova educação será produto de uma nova sociedade.

No sábado à tarde, a escola de quadros se dedicou a estudar as sínteses do Jornal Massas contendo os extratos de textos de Guillermo Lora. Esta atividade fez parte da campanha geral do partido em homenagem ao histórico secretário geral do POR boliviano nos 14 anos de seu desaparecimento físico. Houve uma exposição inicial e seis temas foram discutidos pelos grupos e posteriormente retomados na plenária: 1) Atualidade das Teses de Pulacayo; 2) O POR e a revolução boliviana de 1952; 3) O trotskismo na Bolívia protagonizou a Assembleia Popular; 4) Sobre a teoria da organização do partido; 5) Teses sobre a tática; 6) Crítica marxista ao foquismo.

O estudo permitiu compreender a rica experiência do trotskismo boliviano junto à classe operária e o esforço particular

de Lora na transformação das lutas instintivas das massas em teoria, ou seja, em programa, impulsionando dessa forma a estruturação do partido revolucionário. A discussão no plenário mostrou a importância da militância brasileira se debruçar sobre as Obras Completas e assimilar criticamente as remarcadas criações do proletariado boliviano e seu partido.

No domingo pela manhã, os trabalhos foram dedicados à discussão dos textos da conjuntura internacional e nacional. O debate foi precedido de uma exposição sobre os 34 anos do POR, que destacou as origens do POR, sua vinculação com o Comitê de Enlace, a luta contra o revisionismo das correntes que se reivindicam do trotskismo e o esforço na elaboração do programa partidário.

Na discussão internacional, demonstrou-se que o avanço da crise mundial capitalista está na base da profunda guerra comercial travada pelos EUA contra a China e do avanço das tendências bélicas em todo o globo. Na questão internacional, foi dado especial destaque à guerra na Ucrânia. A guerra tem sido um divisor de águas no campo das correntes de esquerda. Diferentemente do POR que caracteriza a guerra como uma guerra de dominação (o que permite a formulação de uma resposta proletária ao conflito) as demais correntes ou se enfileiram na defesa das pretensões anexionistas da Rússia, ou se alinham ao imperialismo norte-americano e europeu no objetivo de reforçar o cerco militar à Rússia. Em ambos os casos, obscurecem o fato de que apenas a classe operária internacional poderá assegurar uma paz sem anexações e sem as imposições do imperialismo.

Na situação nacional, a escola de quadros, se debruçou sobre a caracterização do governo burguês de frente ampla de Lula/Alckmin como um governo de continuísmo em relação às contrarreformas: manutenção das contrarreformas da previdência, trabalhista, lei da terceirização, reforma do ensino médio e aplicação de novas: arcabouço fiscal, reforma tributária, etc. Destacou que o governo caminha à direita para a incorporação do PP e Republicanos, do centrão, com o beneplácito das correntes reformistas e estalinistas e que a tarefa dos revolucionários consiste em ajudar os explorados a superar as ilusões no governo a partir de sua própria experiência. Discutiu ainda que o atual governo aprofunda a conciliação de classes, lançando mão, do assistencialismo, de um lado, e da estatização dos movimentos sociais, de outro, e que se mostra impotente para debelar a influência da ultradireita e suas aventuras, a exemplo do 8 de janeiro.

A escola de quadros finalizou com um chamado à juventude com consciência de classe a se organizar no Partido Operário Revolucionário e a construir o programa da revolução e ditadura proletárias no Brasil. Concluiu com um viva à reconstrução da IV Internacional, aos 34 anos do POR e um viva à escola de quadros do Nordeste.

**PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL**



R\$ 35

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR DE MASSAS



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

**MASSAS****Órgão do Partido  
Operário Revolucionário**(11) 95446-2020  
www.pormassas.org  
@massas.por  
anchor.fm/por-massas

# Resoluções da Corrente Proletária ao V Congresso da CSP-Conlutas

**22 de julho de 2023**

*Divulgamos abaixo as propostas de Resolução apresentadas pela Corrente Proletária / POR ao V Congresso da CSP-Conlutas, que ocorrerá de 7 a 10 de setembro, em São Paulo.*

## I) CONJUNTURA INTERNACIONAL

### *Considerando que:*

A situação mundial vem sofrendo uma mudança qualitativa depois do fim da Segunda Guerra e da desintegração da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), em 1991. O que justifica essa caracterização é o retorno aos grandes conflitos econômicos em torno ao esgotamento da partilha do mundo no pós-guerra, a guerra bélica na Ucrânia, a guerra comercial no Indo-Pacífico, a projeção internacional da OTAN e a escalada militar mundial. É parte dessa mudança o recrudescimento da ofensiva capitalista contra a classe operária e os demais explorados. As contrarreformas vêm se impondo à custa de maior desemprego, subemprego, empobrecimento e miserabilidade. As alterações tecnológicas, ao contrário de impulsionar o desenvolvimento das forças produtivas, refletem as travas históricas que se encontram na contradição entre essas, as relações de produção capitalistas na forma monopolista, no impulso ao protecionismo ditado pelas potências e no agigantamento do capital financeiro parasitário. Isso se passa nas condições de superprodução e grandes excedentes de capital parasitário.

A guerra comercial, que vem se desenvolvendo desde as crises sucessivas, iniciadas nos anos de 1970, abriga em suas entranhas as tendências bélicas, que agora se manifestam em tal magnitude, que estabelecem um novo marco qualitativo na desintegração do capitalismo da época imperialista. Inúmeras guerras locais e regionais, motivadas e potenciadas, em grande medida, pelo intervencionismo dos Estados Unidos e aliados, já indicavam o esgotamento da partilha do mundo e da necessidade do capital monopolista e financeiro ampliar seus negócios. Em grande parte das inúmeras guerras, destacaram-se as disputas pelo controle de fontes de matérias-primas e fortalecimento de posições geoestratégicas.

É preciso ter claro que o desmoronamento dos regimes burocráticos no Leste Europeu, a liquidação da URSS e a abertura da China para a maciça penetração do capital monopolista em sua economia estatizada tiveram em sua base o esgotamento das relações internacionais estabelecidas no pós-guerra, que pôs à tona as guerras, revoluções e contrarrevoluções. O triunfo da

marcha da restauração capitalista, que se ergueu poderosamente com a derrubada da URSS, consubstanciou a estratégia imperialista da contrarrevolução. O desvio e o esmagamento das revoluções foram decisivos para as forças restauracionistas se imporem. A reunificação da Alemanha Oriental, a incorporação do Leste Europeu à União Europeia, a derrocada da URSS e a abertura da China não resultaram em arrefecimento das tendências bélicas e em garantia dos equilíbrios estabelecidos no pós-guerra, pelo contrário, potenciaram a guerra comercial, e a disputa pelas fontes de matérias-primas e pelo posicionamento geoestratégico. O processo de restauração capitalista não serviu ao arrefecimento dos confrontos. A contrarrevolução não teve como evitar o choque entre as forças produtivas e as relações de produção capitalistas, bem como com as fronteiras nacionais. Observa-se que o período de ajuste foi se encurtando.

No momento em que a China passou à ofensiva econômico-comercial em nível mundial, se tornou concorrente voraz das velhas potências, evidenciando principalmente o declínio dos Estados Unidos. No momento em que a Rússia reagiu à penetração do capital internacional na região outrora controlada pela URSS, por meio da absorção das ex-repúblicas soviéticas, o imperialismo estabeleceu um novo marco de cerco militar, contando com a OTAN.

Os Estados Unidos tomaram a ofensiva no sentido de anexar a Ucrânia, assim que explodiu a crise interna em 2014. Estava colocada abertamente a disputa pelo controle desse estratégico território entre o imperialismo e a Rússia, que emergiu da derrocada da URSS como potência regional. A divisão da burocracia governamental e da oligarquia restauracionista na Ucrânia pendeu a favor do intervencionismo norte-americano e europeu. A guerra se tornou inevitável, uma vez que o regime restauracionista russo necessita conservar o controle das ex-repúblicas soviéticas e garantir a continuidade da Rússia como potência regional independente. É necessário enquadrar as guerras internas à região, como a da Chechênia e da Geórgia, nos marcos da crise geral do capitalismo e do processo particular do avanço da contrarrevolução restauracionista.

O confronto que se desenvolve na Europa está intimamente ligado ao que se passa no Indo Pacífico, envolvendo a guerra comercial e a questão de Taiwan. Os Estados Unidos

fizeram do povo ucraniano bucha de canhão para seus objetivos imperialistas, organizaram uma ampla aliança europeia e trabalham por estendê-la a uma aliança asiática. A militarização da guerra comercial contra a China tende a ganhar terreno, e nesse sentido, somada à escalada militar europeia, trouxe o fantasma de uma terceira guerra mundial, que se discute abertamente entre os porta-vozes do próprio imperialismo. As Cúpulas da OTAN, realizadas na Espanha e, agora, na Lituânia, sintomaticamente, expõem a ponta do iceberg do militarismo e de seu expansionismo internacional.

É do ponto de vista da mudança da qualidade da situação mundial que a vanguarda com consciência de classe tem de desenvolver a política revolucionária do proletariado. A luta de classes está, por enquanto, aquém dos grandes problemas da crise mundial, mas tende a recuperar o terreno perdido em que as experiências da guerra e dos confrontos econômico-comerciais são sentidas na forma de destruição de antigas conquistas, de incapacidade do capitalismo em manter o nível dos empregos e da necessidade da burguesia proteger seus lucros rebaixando o valor da força de trabalho. A radicalização das greves e manifestações na França é o melhor indicador para se observar o processo de recuperação da luta independente dos explorados e de rompimento dos laços políticos impostos pelos partidos da burguesia e pela burocracia sindical estatizante. Esse é o caminho que recorrerão os explorados europeus diante do prolongamento da guerra na Ucrânia, de suas consequências econômicas e dos perigos da escalada militar.

A crise de direção se manifesta nessas condições de mudança qualitativa da situação mundial. Trata-se da vanguarda revolucionária enfrentar a crise de direção com o programa da revolução social e do internacionalismo proletário. A guerra na Ucrânia e a movimentação dos Estados Unidos contra a China trazem à superfície as experiências realizadas, tanto pela revolução na Rússia em 1917, como a Revolução na China em 1949. A luta pela superação da crise de direção depende de a vanguarda recorrer ao percurso das revoluções, lutando contra o capitalismo em decomposição e contrapondo-se à contrarrevolução que impôs o processo de restauração e a atual situação de barbárie. Somente a classe operária com seu programa, estratégia e métodos de luta pode, organizada e unida, combater pelo fim da guerra, enfrentar a ofensiva do imperialismo e deter a escalada militar que pode levar a uma situação de guerra mundial.

### O V Congresso da CSP-Conlutas resolve:

- 1) Realizar uma campanha nacional e internacional pelo fim da guerra na Ucrânia, por uma paz sem anexação e sem as imposições do imperialismo e do seu braço armado, a OTAN. Pelo desmantelamento das bases da OTAN e norte-americanas. Não à submissão da Finlândia e Suécia à estratégia de guerra dos Estados Unidos e aliados. Fim do cerco militar da Rússia e China. Revogação de todas as sanções imposta à Rússia. Defesa da autodeterminação, integridade territorial e retirada das tropas russas da Ucrânia. Unidade da classe operária e dos demais trabalhadores mundialmente, para acabar com a guerra de dominação e interromper a escalada militar, impulsionada pelo imperialismo. Direito à autodeterminação dos povos e fim das opressões nacionais;
- 2) Impulsionar a solidariedade ativa aos movimentos grevistas e levantes que se colocam em defesa das condições de vida e

trabalho e pela derrubada das contrarreformas capitalistas;

- 3) Combater as tendências direitistas e ultradireitistas fascistas com a política do proletariado e sob a estratégia de poder próprio;
- 4) Trabalhar pela unidade da classe operária em defesa de seu programa próprio de reivindicações. Desenvolvimento da estratégia da revolução social e do internacionalismo proletários.

## II) CONJUNTURA NACIONAL

### Considerando que:

A situação nacional está condicionada, de um lado, pelos impactos da crise econômica mundial e, de outro, pela constituição de um governo burguês de frente ampla, voltado à superação da profunda divisão interburguesa e obrigado a dar continuidade à política econômica que descarrega a decomposição do capitalismo sobre a classe operária e o conjunto da maioria oprimida.

A interdependência entre a crise interna e externa se evidencia mais claramente dadas as pressões para que o Brasil se alinhe em torno ao bloco imperialista que impõe o cerco à Rússia na Europa, e em torno à investida dos Estados Unidos contra a China, na Ásia. Lula iniciou seu governo tendo de oscilar entre a aliança europeia e a Rússia, bem como firmar posição de colaboração econômica com a China e a União Europeia. Os Estados Unidos procuram arrastar o Brasil como instrumento de sua guerra comercial contra a China. As campanhas de condenação do imperialismo aos regimes de traços nacionalistas como o da Venezuela e Nicarágua, em nome da democracia e dos direitos humanos, não são novidades, mas nas condições atuais da crise generalizada têm a particularidade de pressionar a burguesia e os militares brasileiros a se submeterem à camisa de força da estratégia política das potências, direcionadas a derrotar militarmente a Rússia e a limitar a capacidade de expansionismo econômico da China. Essas linhas de forças que se manifestam na América Latina e mundialmente se tornarão cada vez mais agressivas, na medida em que as contradições econômicas se tornem mais explosivas e avance a escalada militar.

O governo Lula não tem como contornar os impasses do capitalismo que vem se agravando desde a crise mundial de 2008 e que tem se manifestado no Brasil na forma de bloqueio ao desenvolvimento de suas forças produtivas, agigantamento do parasitismo financeiro, regressão industrial, elevação do desemprego e subemprego e explosão da miséria e fome. A pandemia sob o governo Bolsonaro tão somente favoreceu as tendências da desintegração econômica. A retomada que se verifica no início do governo Lula não é suficiente para recuperar parte da destruição de forças produtivas e para abrir uma nova etapa de crescimento econômico. É nessa situação que Lula não teve como atender absolutamente nada dos pedidos da burocracia sindical e seus aliados de esquerda. Frustrou a ilusão sobre a possibilidade do novo governo de revogar a reforma trabalhista de Temer e acabar com a lei da terceirização, que avança a todo o vapor em todos os ramos da economia. Os conflitos iniciais com o MST logo foram dissipados sob a pressão do agronegócio e da intervenção da ala direitista do governo, que está mais afeita a atender os interesses do agronegócio. Também nesse caso se abafou



R\$ 30

ADQUIRA  
COM NOSSO  
DISTRIBUIDOR  
DO MASSAS

LANÇAMENTO LIVRO

Lênin estrategista  
da revolução proletária

Este livro faz parte da luta da vanguarda consciente em superar a crise mundial de direção, construindo o Partido Operário Revolucionário, como seção brasileira do Comitê de Enlace pela Reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.



Nova  
Coleção  
Editorial

Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique

a ilusão de o MST voltar a protagonizar as ocupações de terra e obrigar o governo a tirar da gaveta a bandeira de reforma agrária pacífica. A dependência de Lula das frações oligárquicas que controlam o Congresso Nacional se evidenciou imediatamente à posse do presidente. O “Centrão”, que assumiu a frente do movimento da derrubada do governo de Dilma Rousseff, manteve em pé a ditadura civil de Temer e sustentou o governo ultradireitista de Bolsonaro, passou a reger a conduta geral do governo Lula. O PT se comporta como um partido oligarquizado, que retirou poderes de sua ala mais à esquerda e se entrelaçou mais ainda com os velhos partidos de centro-direita.

O Arcabouço Fiscal e a Reforma Tributária se constituíram em duas peças fundamentais da nova governabilidade. Atendem aos interesses dos grandes capitalistas e atentam contra as necessidades mais elementares da maioria oprimida. Se é certo que o governo de frente ampla de Lula se distingue do governo ultradireitista e fascista de Bolsonaro quanto à chamada “pauta dos costumes” – ditada pelas forças mais conservadoras e reacionárias da burguesia, tendo à frente o aparato evangélico – e quanto à defesa da harmonia dos poderes da República, também é certo que é um governo de contínuismo das contrarreformas. O Arcabouço Fiscal e a Reforma Tributária fazem parte do amplo processo de contrarreformas que foram se implantando desde o governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso. No centro das medidas antinacionais e antipopulares se encontra a portentosa dívida pública, o saque ao Tesouro Nacional e o parasitismo financeiro. As contrarreformas e as privatizações servem de válvula de escape para o Estado sustentar o agigantamento da dívida e proteger a lucratividade do grande capital. A negação de Lula em repor as perdas do salário mínimo foi um sinal de que fará de tudo para proteger os capitalistas. O governo Lula já deixou claro sua incapacidade de contrariar interesses tão poderosos, para favorecer minimamente a maioria oprimida.

A eleição do caudilho petista abriu um novo período de conciliação de classes, que retoma os governos anteriores de Lula e Dilma. A pandemia golpeou a política de Bolsonaro e possibilitou a recomposição de forças opositoras em torno a Lula, que foi retirado da prisão para ser o candidato galvanizador da profunda divisão político-eleitoral. As manifestações do “Fora Bolsonaro”, que seguiram ao interregno da política burguesa do isolamento social, foram calculadas de acordo com o calendário eleitoral. A bandeira do impeachment e a CPI da pandemia expuseram o conteúdo real do “Fora Bolsonaro”. Todas as correntes de esquerda, praticamente, se colocaram sob essa estratégia do oposicionismo petista. A eleição de Lula acabou contando com a adesão dessas mesmas forças, seja no primeiro, seja no segundo turno. O que incluiu o conjunto das direções sindicais. O caráter ainda embrionário do POR impossibilitou que a vanguarda com consciência de classe viesse com candidaturas próprias, objetivando auxiliar os explorados a superarem suas ilusões democráticas e desenvolver o programa da revolução proletária. A defesa do voto nulo por um programa próprio da classe operária e o chamado para confiar em suas próprias forças se mostraram corretos, uma vez que o apoio a Lula sob o argumento de vencer o fascismo não passou de impostura do reformismo decadente dos petistas.

Se sob os governos golpistas e ditatoriais de Temer e Bolsonaro as direções sindicais colaboraram bloqueando a luta das massas contra as reformas trabalhista e previdenciária, com a eleição de Lula emergiram na forma de estatização das organizações sindicais, camponesas e populares. A política de colaboração de classes se levanta como um poderoso muro de contenção das lutas e da unidade operária e camponesa. O governo Lula/Alckmin abriga partidos favoráveis ao Marco Temporal e à constituição da CPI do MST. É sintomático que o fracasso da tentativa de golpe de 8 de janeiro não se deu devido à resistência das massas, mas graças à divisão interburguesa e à indisposição do imperialismo em apoiar a aventura bolsonarista.

A experiência da maioria oprimida com o governo burguês de Lula ainda está para ser superada. A oposição ultradireitista e fascista serve de meio para o reformismo petista alimentar as ilusões de que a democracia burguesa foi salva, e que

por meio dela a classe operária e os demais explorados receberão os benefícios na forma de crescimento econômico e de políticas públicas assistencialistas. A tarefa de combater as ilusões democráticas implica a defesa de um programa próprio do proletariado, e de respostas às medidas de continuidade e de novas investidas das contrarreformas. É no terreno da luta de classes e da independência política que a vanguarda com consciência de classe ajudará os explorados a vencer sua dependência político-ideológica e organizativa diante do PT, aliados e da burocracia sindical.

Está colocada a luta pela constituição de um movimento de oposição revolucionária ao governo burguês de Lula. O conteúdo dessa oposição é dado pela defesa de um programa próprio da classe operária, aplicação de seus métodos de luta e desenvolvimento da estratégia própria de poder da classe operária, que se sintetiza na bandeira de governo operário e camponês, produto da revolução social. É parte da oposição revolucionária enfrentar as posições direitistas e ultradireitistas da burguesia, bem como contrapor-se às investidas do imperialismo.

### ***O V Congresso da CSP-Conlutas resolve:***

- 1) Constituir uma oposição revolucionária ao governo Lula;
- 2) Fazer um chamado às centrais, sindicatos e movimentos sociais para que rompam com o governismo;
- 3) Defender a completa independência política, ideológica e organizativa dos explorados e oprimidos diante do Estado, dos governos e dos partidos burgueses;
- 4) Aprovar de um programa de reivindicações, que una a maioria oprimida em torno à classe operária;
- 5) Unir a maioria oprimida por meio da aliança operária e camponesa;
- 6) Formar de uma frente única anti-imperialista, sob a direção do proletariado.

### **III) BALANÇO POLÍTICO**

#### ***Considerando que:***

A CSP-Conlutas não conseguiu se constituir em um instrumento de mobilização massiva da classe operária e dos demais explorados. Fracassou em abrir um canal de expressão da independência de classe do proletariado diante dos aparatos da CUT, Força Sindical, CTB e demais centrais. Esteve constantemente na dependência da frente burocrática ditada pelo PT, Solidariedade, PCdoB etc. No período mais recente, marcado pela pandemia, a Conlutas não se diferenciou da política burguesa do isolamento social, seguiu passo a passo os ditames da frente burguesa opositora e da burocracia sindical dominante. No movimento de contestação ao governo Bolsonaro, a Conlutas se adaptou à estratégia de oposição burguesa e pequeno-burguesa do “Fora Bolsonaro” e “Impeachment”, voltada às eleições presidenciais. Em palavras, dizia que era preciso derrubar o governo da ultradireita nas ruas, mas nos fatos seguia as diretrizes da frente burocrática montada pelas centrais. Nas eleições presidenciais, a Conlutas, sob a direção do PSTU, se colocou pelo voto em Lula no segundo turno, sob o mesmo argumento falacioso de que estava colocada a derrota do fascismo. Diante da onda de fechamento de fábricas, a Conlutas não assumiu a tarefa de organizar um movimento nacional pela ocupação das fábricas fechadas, pelo controle operário da produção e pela estatização sem indenização. Seu principal sindicato, dos metalúrgicos de São José dos Campos, acabou seguindo os mesmos passos da burocracia cutista de fazer acordos de layoff, redução da jornada com redução de salário, PDV e indenizações. A Conlutas não poderia tomar a frente das lutas contra o fechamento de fábricas, as demissões em massa e a flexibilização capitalista do trabalho, uma vez que seus sindicatos aplicavam a mesma linha da burocracia colaboracionista. Nesse sentido, a Conlutas não poderia assumir a tarefa de organizar uma frente única de combate às contrarre-

formas, embora em seu 4º Congresso tivesse aprovado orientações tais como: “unificar todas as lutas em mobilizações contra o governo Bolsonaro e o ajuste fiscal”, “Não pagamento da dívida pública”, “Diminuição da jornada de trabalho sem redução de salários, estatização das empresas que foram privatizadas, (...) estatização do sistema financeiro (...) nacionalização das terras e expropriação do agronegócio”. Aprovam-se em palavras bandeiras e tarefas que poderiam ativar os explorados e erguer um movimento independente contraposto ao bloqueio da frente burocrática constituída pela CUT, Força Sindical, CTB etc. A transformação da CSP-Conlutas em movimentos corporativos de coletivos por ações afirmativas (mulher, negro, indígena, LGBT+) desfigurou a opressão de classe e desviou a função sindical de organização unitária do proletariado e demais trabalhadores. O fato é que a CSP-Conlutas acabou sendo um aparato e uma caixa de ressonância do PSTU, de forma que sua ruptura com a CUT não foi justificada historicamente.

O balanço desse V Congresso deve ir à raiz da política pequeno-burguesa, de esquerda centrista, que se traduziu em uma ruptura no movimento sindical nacional, quando se tratava de combater pela constituição de uma fração revolucionária no seio do proletariado para derrubar a burocracia colaboracionista e venal, que se estruturou no processo de democratização burguesa pós-ditadura militar. O resultado foi que a burocracia continuou se fortalecendo e a CSP-Conlutas se enquistou com sua política sindical localista e com seus movimentos identitários de ações afirmativas. Tudo indica que o V Congresso terá de realizar uma discussão crítica e autocrítica do lugar da CSP-Conlutas na luta pelo programa próprio da classe operária e pela independência de classe. Somente assim será possível identificar e compreender o fortalecimento de uma tendência sindical à direita, que passou a defender pura e simplesmente a liquidação da CSP-Conlutas, como se verificou na proposição de rompimento do Andes/SN com a central. Essa linha liquidacionista conduz à dissolução da CSP-Conlutas no interior da burocracia francamente colaboracionista. Portanto, o V Congresso terá de contar com um balanço real e sincero para dar início a um novo momento de luta pela constituição de uma fração revolucionária, que se coloque à altura de combater pela independência dos sindicatos, pela retomada da democracia operária e pela unificação da maioria em torno a um programa e estratégia próprios do proletariado. A luta contra o divisionismo sindical é fundamental para varrer a política de colaboração de classes que tomou conta do movimento operário e popular.

### ***O V Congresso da CSP-Conlutas resolve:***

- 1) Lutar pela superação do divisionismo, burocratismo e estatismo sindicais. A CSP-Conlutas se coloca pela defesa da convocação de um Congresso de unificação e constituição de uma única central, baseada na democracia operária e na independência política diante do Estado, dos partidos burgueses e dos governos;
- 2) Condenar e rechaçar os acordos de flexibilização capitalista do trabalho, que se materializam na forma de layoff, banco de horas, redução da jornada com redução de salários, PDV e outros. Lutar em defesa dos empregos, salários e direitos trabalhistas, previdenciários e sociais;
- 3) Enfrentar o fechamento de fábricas com o método da ocupação, com o controle operário da produção, com a defesa da estatização sem indenização e com a mobilização nacional pelos empregos, salários e direitos;

- 4) Responder às demissões, ao desemprego, ao subemprego, à informalidade e à terceirização com a luta pela redução da jornada sem redução de salários, efetivação e contratação direta de todos os trabalhadores;
- 5) Combater as contrarreformas trabalhista, previdenciária, sindical e a lei da terceirização por meio da defesa do programa de reivindicações que unifique a classe operária e os demais explorados em um movimento nacional. A bandeira de revogação das contrarreformas deve estar baseada na campanha pelo programa de reivindicações e no método da ação direta (greves, manifestações, ocupações e bloqueios de avenidas e rodovias);
- 6) Opor-se às privatizações com a luta pela estatização e reestatização sem indenização e controle operário da produção. Enfrentar a resistência do capital monopolista e financeiro organizando a frente única anti-imperialista.
- 7) Lutar pelo direito irrestrito de greve e manifestação. Abaixo as legislações antigreve. Responder de forma unitária às perseguições do patronato, governos e às penalidades impostas pela justiça burguesa.

### **IV) PLANO DE AÇÃO**

- 1) Organizar uma oposição revolucionária ao governo burguês de frente ampla de Lula. Reagir à ofensiva da ultradireita fascizante com o programa de reivindicações e os métodos de luta da classe operária;
- 2) Estruturar uma campanha nacional em defesa dos empregos, salários e direitos trabalhistas. Lutar contra o fechamento de fábricas e as demissões. Por um salário mínimo vital, necessário para manter a família trabalhadora. Redução da jornada sem reduzir os salários, escala móvel das horas de trabalho. Reposição das perdas salariais, reajuste automático de acordo com a alta do custo de vida, escala móvel de reajuste;
- 3) Revogar as contrarreformas de Temer e Bolsonaro e combater as novas investidas do governo Lula;
- 4) Desenvolver uma campanha nacional pelo fim das terceirizações, com efetivação imediata de todos os terceirizados;
- 5) Retomar as ocupações de terra e fortalecer o movimento camponês nacional, sob a bandeira de expropriação dos latifúndios e nacionalização das terras, como parte da revolução agrária. Denúncia e luta pelo fim imediato da CPI do MST. Abaixo o Marco Temporal e direito à autodeterminação das nações indígenas;
- 6) Pelo fim das privatizações e reestatização sem indenização. Não ao pagamento da dívida pública. Ampliar os recursos para a saúde, educação e moradia popular;
- 7) Erradicar as discriminações e violências sobre as mulheres, os negros, os indígenas, os homossexuais, os transexuais, e outros segmentos oprimidos. Lutar contra a opressão de classe e todas suas manifestações, com as bandeiras de trabalho igual, salário igual; proteção à maternidade; construção de creches, lavanderias e restaurantes coletivos; direito ao aborto gratuito e seguro, garantido pelo Estado;
- 8) Responder à guerra na Ucrânia e a escalada militar com a bandeira proletária de paz sem anexação, sem nenhuma imposição do imperialismo, autodeterminação e integridade territorial da Ucrânia, sob o programa da revolução proletária e do socialismo.

## **Escute o Massas,** podcast do Partido Operário Revolucionário

ACESSE O NOSSO CANAL:

**anchor.fm/por-massas**

(Através desse link, é possível acessar outras plataformas, como o Spotify)

No podcast Massas, você ouve episódios sobre a conjuntura nacional e internacional, e sobre as manifestações da luta de classes, além de ouvir a cobertura das atividades e atos políticos presenciais realizados pelo POR, dentre outros episódios.



**PARTIDO OPERÁRIO  
REVOLUCIONÁRIO**

# Resposta aos documentos da CUT

## *Lutemos para pôr abaixo a política de conciliação de classes da direção da CUT*

Os Congressos Estaduais (CECUTs), que acontecem nos meses de julho e agosto, e o Congresso Nacional da CUT (CONCUT), que ocorrerá de 19 a 22 de outubro, estão orientados a seguir um texto base, redigido por sua direção. Consta de quatro partes: Conjuntura Internacional, Conjuntura Nacional, Estratégia da CUT e Plano de Lutas. Antecipadamente, sabemos que será aprovado, sem grandes alterações. A burocratização da CUT chegou ao extremo de impossibilitar uma ampla e profunda discussão de fundamentos programáticos, princípios e real caracterização do momento por que passa o capitalismo e a luta de classes. Podemos concluir que, em última instância, os CECUTs e o CONCUT não decidirão por diretrizes que unifiquem os explorados em torno a um programa próprio de reivindicações e impulsionem o movimento grevista, sem o qual não é possível contrapor-se à política econômica dos governantes, que descarrega a crise do capitalismo sobre a maioria oprimida, e armar uma grande resistência dos trabalhadores em defesa de suas condições elementares de existência.

A preparação dos Congressos se limitou à burocracia dos sindicatos. A eleição dos delegados, com raras exceções, se deu pela via virtual. A mais nova invenção das direções corporativas é a de que assembleias virtuais podem substituir as assembleias presenciais. A experiência mostrou que o texto base da direção não passa de uma formalidade. Não foi possível fazer nenhuma discussão sobre o seu conteúdo. Da mesma forma, se inviabilizou a apresentação e discussão de linhas divergentes e opositoras. Há muito, a direção da CUT deixou de publicar cadernos de preparação congressual. Essa conduta reflete a mais completa separação da burocracia sindical perante a classe operária e os demais trabalhadores. A política de aparato alcançou tal ponto que os Congressos deixaram de ser um instrumento da democracia operária, fundamental para que as bases influenciem decisivamente sobre a orientação a ser aprovada e passem a controlar a direção eleita. O distanciamento da direção em relação aos trabalhadores, ao ponto destes não influenciarem absolutamente nada sobre suas próprias organizações sindicais, se deve ao predomínio da política de conciliação de classes.

As condições de desintegração do capitalismo e a necessidade imperiosa da burguesia impor as contrarreformas e evitar qualquer concessão às reivindicações mais elementares das massas dificultam à burocracia sindical convencer a maioria que sofre na carne a pobreza e miséria, que a conciliação de classes é um bom caminho. Os trabalhadores não veem seus sindicatos como verdadeiros meios de defesa de suas condições de existência. Já não se fazem campanhas salariais, em busca de valorização da força de trabalho, de proteção aos direitos e de solidariedade classista. Ao trapacear as campanhas salariais em busca de migalhas, fica claro para as bases que a política de conciliação de classes serve tão somente ao patronato. A burocracia esvaziou a tal ponto as assembleias gerais que tornaram as campanhas salariais uma caricatura e uma formalidade para acobertar a subordinação das direções aos capitalistas e governantes. A política de conciliação de classes já não encontra condições objetivas para convencer os trabalhadores que os sindicatos são imprescindíveis para a sua defesa coletiva diante de um patronato sedento de lucro. É essa contradição que explica o afastamento dos trabalhadores de suas

organizações, por um lado, e o afastamento da direção burocrática perante os trabalhadores, por outro. A queda da sindicalização é uma das consequências mais nefastas para a manutenção das organizações sindicais, que como tais somente podem depender dos próprios trabalhadores. É inevitável que cresça a desconfiança e a aversão dos explorados quando veem seus sindicatos pendurados no Estado e transformados em agências de prestação de serviços. A burocracia dirigente se tornou uma casta profissional que subsiste graças à eliminação da democracia operária. Estão aí expostas as causas que levam os CECUTs e o CONCUT a servirem apenas de caixas vazias para manter a formalidade estatutária. Desgraçadamente, os Congressos sindicais perderam sua importância para as bases, uma vez que se transformaram em um teatro montado pela camarilha dirigente.

A compreensão desse desastre político para os trabalhadores é decisiva para combater a degeneração burocrática e trabalhar pela constituição de uma nova direção sindical, que virá com a formação de uma fração classista e revolucionária no interior da classe operária e dos demais trabalhadores. É com esse objetivo que a Corrente Proletária/POR se esforçou por furar o cerco da burocracia e se esforça no sentido de apresentar suas Teses aos CECUTs e ao CONCUT. Vimos que é obrigatório expor uma crítica ao Texto Base da direção, de forma a revelar as raízes da crise por que passa o sindicalismo e apresentar um caminho de sua superação.

## **Pela rejeição integral da tese (Texto Base)**

Como dissemos, a aprovação da linha estabelecida no Texto Base é decidida a priori. A rejeição que aqui defendemos é um posicionamento em favor da constituição de uma fração revolucionária, voltada a recuperar os sindicatos para a luta de classes. Seguiremos a crítica de acordo com a ordem das teses da direção, segundo alguns aspectos mais importantes.

### **Conjuntura Internacional**

1. O documento reconhece que os conflitos mundiais acontecem “em um cenário caracterizado pela crise estrutural do sistema capitalista”. Essa caracterização de suma importância, no entanto, não passa de palavreado, uma vez que não se extraem conclusões coerentes com o fundamento estrutural do capitalismo. A orientação voltada a reformar o capitalismo e diminuir suas consequências sociais catastróficas é contraditória com a premissa básica.

2. A descrição sobre a “financeirização do capital, o avanço da automação, da inteligência artificial e do trabalho mediado por plataformas digitais (...), o sucateamento e a restrição do acesso a serviços públicos (...), o desemprego estrutural (...), a flexibilização de direitos trabalhistas (...), o achatamento dos salários (...),

o agravamento da pobreza, da fome e da miséria, (...) a desigualdade econômica e social”, de conjunto retrata a “crise estrutural do sistema capitalista”. Basta observar as relações causais e suas expressões no plano das consequências para se ter a conclusão de que o capitalismo é irreformável e, portanto, está colocado do ponto de vista objetivo, a necessidade da revolução social, ou seja, da transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social. As teses ao contrário se colocam no campo da conservação do capitalismo e, assim, no da contrarrevolução.

3. Tendo em vista que a classe operária e os demais trabalhadores atravessam em nível mundial um ataque generalizado às suas condições de trabalho e de existência, era de se esperar que as teses sobre a conjuntura internacional apresentassem um programa de reivindicações, os métodos de luta e uma estratégia revolucionária internacionalistas. Evidentemente, sem desconhecer que tal programa e estratégia têm de ser submetidos às particularidades nacionais de cada país. O reconhecimento estatístico sobre o aumento da fome mundial e da maciça destruição de fontes de trabalho não vai além de um jogo retórico para ocultar a ausência de um programa capaz de se contrapor aos ataques da burguesia e de servir de base para a luta independente das massas oprimidas. A decomposição do capitalismo exige dos sindicatos e centrais ações que impulsionam a luta de classes e rechacem a colaboração de classes.

4. As teses, por outro lado, se veem obrigadas a assinalarem “as tensões e a polarização crescente entre Estados Unidos e China” (...), “a Guerra da Ucrânia tem sérias implicações (...) atinge de maneira mais perversa as trabalhadoras e trabalhadores”, “uma nova corrida armamentista fez com que os orçamentos militares explodissem (...)”. Essa síntese, extraída por nós, por si só, dá a dimensão da caracterização da “crise estrutural do sistema capitalista”. Era de esperar que as teses pusessem à luz do dia um posicionamento de classe, portanto, proletário, diante da guerra na Ucrânia, da guerra comercial dos Estados Unidos contra a China e da escalada militar. Há uma interdependência entre o que se passa na Europa e na Ásia, mais definidamente no Indo-Pacífico. A guerra da Ucrânia pôs em movimento explicações e respostas desenvolvidas no plano dos interesses burgueses, que procuram arrastar as massas trabalhadoras para o lado da aliança imperialista chefiada pelos Estados Unidos ou para o lado da Rússia e da China. É importante, sem dúvida, entender as diferenças que têm levado a choques entre Estados. Mas, a compreensão no plano material e ideológico deve estar voltada para as formulações próprias da classe operária, que é a única classe capaz de combater a guerra impulsionada pelo imperialismo e apresentar um caminho progressivo para a sua solução. Ocorre que as teses da direção se apoiam nas justificativas dos Estados e não nas fundamentações proletárias sobre a guerra.

5. É preciso rejeitar a seguinte formulação do ponto 10: “Compreender a complexidade desse cenário exige, portanto, condenar o uso da força militar pela Rússia e a violação da soberania territorial da Ucrânia, além de igualmente condenar a responsabilidade do Ocidente, por meio da OTAN nesse episódio e relembrar suas inúmeras guerras ilegais e conflitos patrocinados ao redor do mundo”. Não se pode igualar a ação da aliança imperialista, que se vale da OTAN para cercar a Rússia, com a reação do Estado russo. Essa forma de neutralizar o choque entre duas forças militares abstrai exatamente a caracterização de que o mundo está diante da “crise estrutural do sistema capitalista”. O fundamental da diferença está em que a resposta da Rússia ao cerco militar da OTAN não se traduziu em uma guerra de libertação da Ucrânia, mas expressou justamente uma disputa territorial que implica a opressão

nacional do povo ucraniano. Chegou-se a essa situação devido ao processo de restauração capitalista que levou à liquidação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), como parte das manifestações da “crise estrutural do sistema capitalista”. O polo mais débil se encontra na Rússia e não nos Estados Unidos e sua aliança imperialista. Nota-se que a Rússia não terá como se erguer como uma poderosa força capitalista diante das potências imperialistas. A opressão nacional da Rússia restauracionista exercida sobre as ex-repúblicas soviéticas favorece a opressão nacional imposta pelo imperialismo por meio da União Europeia e do braço armado dos Estados Unidos, a OTAN. Está aí por que não se pode igualar as forças que disputam territórios econômico e geopolíticos e não se pode abstrair a questão da opressão nacional. Somente a classe operária, com seu programa socialista e com os métodos da luta de classes, pode combater toda e qualquer guerra de dominação capitalista.

6. Esse é o ponto estratégico da resolução sobre a Conjuntura Internacional. Na verdade, o Texto-Base iguala a responsabilidade das partes, acentuando a crítica à Rússia. A tentativa de se equilibrar entre as forças em choque resulta em capitulação diante do imperialismo. Está aí por que a posição não se coloca pela mobilização e unidade da classe operária contra o cerco militar da OTAN, e assim não pode levantar a bandeira de desmantelamento da OTAN e das bases militares dos Estados Unidos na Europa. Oculta o apoio da aliança imperialista ao governo de Zelensky, sem o qual não seria possível prolongar a guerra e manter a estratégia de cerco militar à Rússia. A Ucrânia se tornou um tabuleiro de xadrez para as forças capitalistas montado sobre a base do processo de interrupção da transição do capitalismo ao socialismo, imposto pela contrarrevolução estalinista, apoiada no imperialismo, que levou à destruição da URSS. Sem uma política própria, a classe operária europeia se acha presa aos ditames do imperialismo. A divisão entre a classe operária russa e ucraniana serve aos interesses das potências. A guerra coloca a necessidade de a classe operária retomar a sua unidade revolucionária. A política da burocracia sindical age no sentido contrário desse objetivo classista. O apoio político, ideológico e prático da Confederação Sindical Internacional (CSI) à aliança imperialista e à OTAN é a prova inconfundível de que os sindicatos se acham presos na armadilha do nacionalismo imperialista. A CUT está vinculada a CSI e a enaltece como suposta organização classista. É dever da vanguarda com consciência de classe lutar contra a burocracia sindical mundial, partindo do combate à burocracia nacional.

7. A subordinação da direção da CUT à posição do governo Lula diante da guerra da Ucrânia se tornou o meio pelo qual manifesta sua política de suposta neutralidade. Eis: “O presidente Lula tem manifestado a posição brasileira contra a guerra e tem desenvolvido esforços diplomáticos para o fim das hostilidades. A CUT apoia todos os esforços do governo brasileiro para pôr um fim a essa guerra, bem como incide nos fóruns internacionais em que participa (CSI, OIT etc.), no mesmo sentido. Mais do que nunca um cessar fogo imediato e a negociação de um processo de paz duradouro e efetivo é urgente e indispensável”. O governo Lula mudou o voto do Brasil na ONU, passando a condenar a invasão das Forças Armadas russas à Ucrânia, sem mesmo condenar o cerco do imperialismo à Rússia. A “neutralidade” acaba favorecendo o polo mais forte do confronto, que nesse caso é o da aliança imperialista. Não haverá uma paz “justa e duradoura” se for ditada pelo imperialismo e se basear na opressão nacional, na divisão e na anexação territorial da Ucrânia. Uma paz sem anexação e sem os ditames do imperialismo somente poderá ser conquistada pela unidade da classe operária europeia e mundial. Para isso, é obri-

gatório deslindar as contradições que estão na base dessa guerra e evidenciar o programa do proletariado. Subordinar a posição da CUT à posição do governo Lula e dos fóruns internacionais (CSI, OIT etc.) significa renunciar a organização da luta classe operária e dos demais trabalhadores pelo fim da guerra e por uma paz sem anexação.

## Conjuntura Nacional

A situação nacional sofreu uma importante mudança política com a derrota de Bolsonaro e a volta de Lula ao poder. A pandemia e o consequente agravamento da crise econômico-social provocaram uma profunda divisão interburguesa, um enorme descontentamento no interior da maioria oprimida e, assim, a derrocada do governo de ultradireita. Foi necessário um realinhamento das forças oposicionistas burguesas para que Bolsonaro cedesse o poder, sob fortes pressões políticas. Uma vez que Lula se despontou como o único candidato capaz de polarizar as eleições e se tornou patente a impossibilidade de um golpe militar, a situação política seguiu o curso da mudança segundo os interesses predominantes da burguesia nacional e internacional.

A eleição de Lula arrastou todas as centrais em uma frente ampla, que no plano mais geral se tratou de uma frente burguesa composta de vários partidos do espectro oposicionista. O governo montado por Lula se caracteriza por um governo de frente ampla, marcadamente de centro-direita. Essa síntese é suficiente para indicar o que ocorrerão nos CECUTs e no CONCURT.

As teses da direção nacional da CUT têm por essência o apoio das organizações da classe operária, camponesa e popular ao governo burguês de Lula. O que concretamente significa submetê-las à política do governo de frente ampla, ao qual a ala esquerda do reformismo tem de se adaptar. Está colocada, portanto, a luta da vanguarda com consciência de classe pela independência dos sindicatos e centrais. Essa tarefa exige a defesa de um programa, de métodos e da estratégia próprios da classe operária. Eis o fundamental da crítica ao Texto-Base.

1. Diz a resolução: “A vitória do PT nas eleições presidenciais foi um momento de inflexão na história do país. Significou a derrota da coligação de forças de extrema direita e de direita que deu sustentação ao governo autoritário de Bolsonaro e ao projeto neoliberal implementado depois do golpe de 2016”, “A vitória não teria sido possível sem o engajamento da classe trabalhadora, a quem Lula sinalizou durante a campanha eleitoral que teria ‘vez e voto’ no governo, da mesma forma em que reafirmou a centralidade do trabalho como elemento estruturante do projeto de desenvolvimento a ser implementado nos próximos quatro anos.”, “Nossa central não hesitará em apresentar propostas ao governo que resgatem os direitos e conquistas que foram retirados da classe trabalhadora no último período, da mesma forma que não hesitará em defender as reivindicações sociais e trabalhistas através de mobilização e pressão sobre o governo no sentido de vê-las atendidas.” O encadeamento dessas fórmulas pré-estabelecidas sustenta o ponto sobre a conjuntura nacional. É falsa a caracterização de que a eleição de Lula representa “um momento de inflexão na história do país”. Tratou-se da substituição de um governo sustentado por uma frente burguesa de ultradireita e direita. Observa-se que, na realidade, a direita garantiu a ascensão da ultradireita nas condições de fracasso do governo de Dilma Rousseff, diante da eclosão da crise econômica, reflexo da crise mundial de 2008. O vitorioso golpe do impeachment se deu nessas condições. A volta

de Lula e do PT ao governo ocorreu sobre a base de uma mudança de posição nas relações internas à burguesia, em razão da continuidade da crise econômica e da ampliação da crise social. A classe operária e os demais explorados foram arrastados pela polarização forjada no âmbito das disputas interburguesas. Não há, portanto, nenhuma inflexão, que indique uma mudança de qualidade na situação política. Já nos seis meses de governo, podemos afirmar que do ponto de vista econômico, há um continuísmo. Continuísmo que foi sinalizado com o acordo de substituição do Teto de Gastos pela PEC de Transição, que recentemente se derivou no novo Arcabouço Fiscal e na aprovação da Reforma Tributária, que há muitos anos vinha sendo gestada. A diferença está em que Lula se mostra disposto a modificar as ações do Estado em relação aos interesses particulares das frações capitalistas, procurando atender às exigências do capital industrial, sem inferir os interesses do capital financeiro, que parasita a dívida pública. A ideia de que a conjuntura nacional está marcada por uma “inflexão” é incorreta.

2. A vitória de Lula se tornou possível, não porque houve “engajamento da classe trabalhadora”, mas porque houve uma divisão no campo dos partidos que deram o golpe de Estado de 2016 e sustentaram a ditadura civil de Temer e o governo ultradireitista de Bolsonaro. A classe operária e os demais trabalhadores seguiram a divisão interburguesa, expressaram eleitoralmente a polarização política que se desenvolvia no interior do Estado e deram a vitória a Lula por uma pequena margem de votos. Os reformistas ocultam a real dinâmica da relação de classes no processo eleitoral, que é conduzido pelos partidos da democracia e da ordem capitalistas. Os explorados não decidem e não influenciam em nada quanto à mudança de governo, que, seja de direita, ultradireita ou esquerda, sempre estará condicionado pelo poder econômico. Essa falsificação visa a acobertar o papel da burocracia sindical de servil do reformismo burguês.

3. Com o palavreado de que a CUT “não hesitará em apresentar propostas ao governo” e que “não hesitará em defender as reivindicações sociais e trabalhistas através de mobilização e pressão sobre o governo”, os burocratas querem dar a entender que apoiarão o governo para obter vantagens aos trabalhadores. O resultado dessa política é de renúncia à organização de um movimento nacional pelas reivindicações da maioria oprimida, para não se chocar com a burguesia e, assim, não confrontar com o governo de conciliação de classes. O nome dessa política é traição às necessidades mais elementares dos explorados, que vivem acosados pelos baixos salários, pelas demissões, pela implantação da terceirização, pelo avanço do subemprego e da informalidade. O apego da burocracia sindical à denominada política de inclusão social é a tábua de salvação do reformismo impotente. As reconhecidas “antirreforma trabalhista” do governo Temer e a “antirreforma da previdência” de Bolsonaro pelo Texto Base não têm consequência prática, uma vez que os sindicatos e a CUT teriam de fazer um levante de massa contra o governo Lula, que deixou claro sua indisposição de revogá-las. O mesmo se passa com a Lei da Terceirização. Agregamos ainda a negativa do governo de revogar o Novo Ensino Médio. O fato do governo de frente ampla admitir certas medidas, como a que cancela o projeto bolsonarista das escolas militares, revoga a lei do armamento etc., não altera o fundamental do continuísmo da política econômica e da função governamental de sustentar a ditadura de classe da burguesia sobre a maioria oprimida. Ou seja, de proteger a propriedade privada dos meios de produção contra a luta de classes do proletariado e da maioria explorada.

4. A noção de que o governo de frente ampla é de disputa está presente no Texto Base, na seguinte diretriz: “A CUT apoiará todo

passo concreto dado pelo governo Lula em direção ao projeto democrático-popular defendido na campanha eleitoral”. A direção burocrática está obrigada a reconhecer que o governo que saiu das eleições é de aliança de centro-direita. A própria ala de esquerda petista se encontra relativamente marginalizada. Ao anunciar que a “independência da CUT é ainda mais necessária diante do fato de que o atual governo Lula é de ampla coalizão (...), abrigando assim interesses contraditórios em seu seio (...)”, torna-se “absolutamente necessária a voz independente da classe trabalhadora que a CUT deve representar”. Esse torneio retórico mal esconde que o governo burguês de Lula nasceu amplamente condicionado pelas frações oligárquicas da burguesia. A ideia de que a CUT seria um porta-voz da “classe trabalhadora” falsifica a realidade social de profunda desorganização da classe operária e de ampla estatização de suas organizações sindicais. A antiga estratégia do PT de melhorar o capitalismo por meio de um “governo democrático-popular” se mostrou inviável, já que teria de realizar reformas estruturais no capitalismo, como a reforma agrária, a estatização dos ramos fundamentais da produção, a elevação das condições de existência dos explorados, a eliminação da fome e a independência nacional. O conteúdo do denominado “projeto democrático-popular” expressa a estratégia de reformas do capitalismo de economia atrasada e semicolonial, sem que seja necessária a revolução social. O PT teve a chance de tentar substituir os governos oligárquicos por um governo “democrático-popular”, alcançado por meio da democracia burguesa eleitoral e parlamentar. Essa oportunidade histórica foi possível graças a própria impossibilidade de a burguesia nacional resolver as tarefas democráticas pendentes. Uma vez no poder, os governos de Lula e Dilma se viram envolvidos e limitados pelo poder oligárquico que dita as ordens fundamentais ao Estado. A derrocada do PT em 2016, sem que fosse capaz de levantar um movimento de massa em defesa de seu governo, selou seu ascenso e queda históricos. Lula retoma à Presidência subordinado a uma fração significativa daqueles que promoveram o golpe institucional. O PT recolheu há muito sua estratégia de “governo democrático-popular”. Trata-se de uma caricatura a tentativa de reavivar o seu sentido com o palavreado de “projeto democrático-popular”. Observa-se que nesse processo de ascensão e queda do PT e, agora, com a sua volta à Presidência de mãos e pés amarrados pelos partidos da ordem capitalista, a CUT e os sindicatos em geral foram abandonando o programa elementar de defesa das condições de trabalho e existência dos explorados. Antigas bandeiras como salário-mínimo calculado pelo Dieese, estabilidade no emprego, redução da jornada sem redução dos salários, reposição das perdas salariais integrais etc. foram jogadas no fundo do baú. A burocracia sindical, em grande medida dirigida pelo PT e aliados, se tornou grande adepta da tese das multinacionais de flexibilização capitalista do trabalho. Diante de uma onda de fechamento de fábricas, esses dirigentes se curvaram e realizaram os acordos de demissão. É sobre a base dessa experiência que podemos denunciar a impostura de que o governo Lula foi eleito defendendo o “projeto democrático-popular”. A promessa de que “a independência da CUT é ainda mais necessária” cai por terra quando a burocracia sindical se mostra adversária da luta de classes e colabora descaradamente com as medidas patronais que descarregam a decomposição do capitalismo sobre o proletariado e a maioria oprimida.

## A Estratégia da CUT

O penúltimo ponto do Texto Base – A Estratégia da CUT – assenta no que denominou de três eixos, 1) “Fortalecimento do sin-

dicalismo cutista. Valorização da negociação coletiva e atualização da organização sindical”; 2) “Protagonismo da CUT na reconstrução do Brasil, na democracia, dos direitos e da soberania”; 3) “Intervenção da CUT na reconstrução do desenvolvimento econômico sustentável e combate à desigualdade”. O ponto “A Estratégia da CUT” é o mais longo e mais detalhado. Seleccionamos os aspectos que mais ressaltam à visão ideológica, política e social do reformismo. Em sua base, reforça a premissa sobre a possibilidade de estabelecer um novo marco de desenvolvimento econômico, com distribuição de renda, diminuição da desigualdade social e erradicação da fome. Basta para isso que o governo Lula tome em suas mãos esse programa, que contará com o apoio da “classe trabalhadora” e, portanto, do movimento sindical, camponês e popular. A noção de “centralidade do trabalho no projeto de desenvolvimento” pressupõe que os capitalistas admitam que a classe operária e os demais explorados compartilhem do governo e das medidas econômicas. É como se o capitalismo não se movimentasse apoiado na exploração da força de trabalho e na crescente acumulação de capital. É como se fosse possível compatibilizar as necessidades dos trabalhadores com as necessidades dos seus exploradores. Desse fundamento utópico e reacionário, decorrem as demais explicações e formulações do documento da direção apresentado para os CECUTs e CONCURT. Vejamos o que há de mais importantes nos três eixos.

1. Em meio à exposição sobre as “mudanças tecnológicas” e suas consequências para as relações trabalhistas (“teletrabalho”, “homeoffice”, “trabalho por aplicativo”), bem como sobre as consequências da reforma trabalhista e da terceirização (informalidade, intermitência etc.), se manifestam as consequências da reforma sindical e da tendência dos assalariados em se negarem à filiação aos sindicatos. As contrarreformas, de conjunto, levaram a uma fórmula jurídica que violenta completamente a relação entre os sindicatos e o patronato. Trata-se da tipificação de que o acordado se sobrepõe ao legislado. Na prática, se retira dos sindicatos o poder de negociação, que antes era regido pela CLT. Um outro golpe sobre os sindicatos foi extinção do imposto sindical. Essas duas medidas cerceiam enormemente o que a burocracia denomina de representação sindical dos trabalhadores. A burocracia se acha atormentada porque, de um lado, o patronato pouco respeita os sindicatos como um interlocutor entre capital e trabalho, de outro, a burocracia se viu diante de uma enorme queda no orçamento. Combinando essas mudanças legislativas com o avanço da terceirização, da informalidade e das novas modalidades criadas pela informatização, a burocracia sente a terra mover sob seus pés. Com o aumento da dificuldade de usar as antigas negociações coletivas e com a perda de rios de dinheiro, a casta burocrática necessita que o governo Lula convença o Congresso Nacional, que impôs as contrarreformas e interveio contra os sindicatos, a fazer uma revisão que reconstitua uma parte do poder da burocracia, imprescindível para materializar a política de conciliação de classes. O ponto de partida do esvaziamento da capacidade dos sindicatos negociarem acordos salariais e de contratação, demissão etc., não está na legislação burguesa restritiva à atividade sindical. Está no afastamento dos trabalhadores dos sindicatos, por não os verem como instrumentos de luta, desconfiarem da direção e reproverem a profissionalização corporativa dos sindicalistas. A filiação foi uma conquista do movimento operário para erguer sindicatos independentes do poder econômico. A burocracia, na medida em que distanciava as massas trabalhadoras dos sindicatos, se viu na contingência de encontrar outras fontes de recursos, provenientes do próprio Estado (imposto sindical), de atividades semi-empresariais (convênios com empresas privadas, colônias de férias, aluguel de espaços físicos, aplicações financeiras etc.). O custo para

sustentar uma burocracia profissional é alto. Pouco se gasta para organizar greves e manifestações. Como se pode ver, o Eixo 1 se concentra na questão de como reorganizar os sindicatos e como arranjar recursos para manter o seu pesado aparato.

2. O Eixo 2, versa sobre a “defesa da democracia”, Diz que a “democracia postulada pela CUT pressupõe que os trabalhadores e as trabalhadoras sejam ouvidos nos fóruns de formulação e gestão de políticas públicas”. É por essa via que a suposta democracia poderá atender as reivindicações econômicas e políticas dos explorados. Ao mesmo tempo, a direção da CUT admite que não há “uma correlação de força que possibilite uma revogação em bloco de retrocessos trabalhistas, previdenciários, sindicais, civis e criminais”. A resolução não diz como “a CUT manterá sua luta pela revogação das contrarreformas e dos retrocessos”. Tem como guia, no entanto, a política de participação no ninho das águias e gaviões. Suas abstrações são tão grandes que chegam ao ponto de reconhecer que “não há democracia com as desigualdades e disparidades de renda e direitos atuais”. O que pretende, então, é alcançar uma democracia idealizada. Acredita que fará isso atuando “intensamente nos espaços de participação popular, por meio dos conselhos, fóruns e conferências que o novo governo retoma e implementa, conferindo a eles um elevado grau de reflexão e elaboração de políticas emancipadoras”. Chega-se, assim, ao absurdo promovido pela política de conciliação de classes e pela impotência da burocracia sindical diante da burguesia e de seu Estado. Não tem o que fazer, a não ser repisar a fórmula de “políticas públicas para a construção de igualdade”. Repete e repete a cantilena da defesa dos negros, das mulheres, dos indígenas, quilombolas e “LGBTQIAPN+”, buscando as cotas raciais etc. O desastre dessa política não está por vir, já ocorreu, ocorre e ocorrerá. Os desvios montados para evitar ou amortizar a luta de classes estão muito bem expostos no Eixo 2.

3. Bastam os dois Eixos anteriores para se ter claro o conteúdo e o caráter contrarrevolucionário da política de conciliação de classes. Interessa no Eixo 3 indicar o lugar do objetivo da CUT de auxiliar o governo Lula na tarefa de “reindustrialização do Brasil”. Os intelectuais e acadêmicos de esquerda, que funcionam como assessores da burocracia sindical, redigem um documento absolutamente distante da realidade e distorcido para um Congresso da mais importante central do país, que nasceu em 1983, impulsionada pelo movimento grevista. São capazes de inventar um tal de “desenvolvimento em missões, onde a estrutura econômica cresce

a serviço da própria sociedade e, especialmente no caso brasileiro, dos mais pobres, baseada em valores sociais, do trabalho decente e do efetivo diálogo social, com a participação dos trabalhadores e trabalhadoras em todos os fóruns e conselhos que construirão um novo modelo de desenvolvimento nacional”. Os intelectuais da CUT pretendem que a burocracia sindical seja veículo dessa falaciosa invenção, cujo atrativo é alcançar no Brasil o “Estado do Bem-estar Social”, que foi erigido após a Segunda Guerra Mundial, sob a hegemonia dos Estados Unidos com seu Plano Marshall, sobre a base da enorme destruição de forças produtivas da Segunda Guerra Mundial. Sequer tomam o cuidado de reconhecer que há muito o “Estado do Bem-estar Social”, da social-democracia europeia, desabou e deu lugar ao movimento das contrarreformas que caracterizam a crise mundial do capitalismo.

## Plano de Ação

O Plano de Ação é distribuído entre os três eixos. Quanto ao primeiro, a burocracia pretende pedir “apoio da sociedade, do parlamento e do próprio movimento sindical ao projeto de valorização da negociação e atualização da organização sindical”. Pretende “pressionar o governo a instituir mesa de negociação para rever a reforma trabalhista e estabelecer um novo marco legal”. Assim, os burocratas objetivam propor um “projeto de valorização da negociação coletiva”. Quanto ao segundo, promete combater a extrema direita. E recorrer, “aos poderes para a democratização e implementação de políticas públicas”. Vejam a última promessa: “ampliar e fortalecer a luta contra as privatizações”. Finalmente, no eixo 3, se faz a promessa de caminhar em direção ao “desenvolvimento sustentável, e potencializar a luta pela terra, agricultura familiar e a segurança alimentar”. Não se trata, como se vê, de um Plano de Ação, mas sim de um plano de inação.

Os CECUTs e o CONCURT dificilmente rejeitarão essa panaceia reformista. O importante dessa nossa luta está em defender uma Resolução classista e revolucionária. Cedo ou tarde, a classe operária se levantará contra a brutal opressão capitalista e passará por cima da burocracia venal. A vanguarda com consciência de classe tem de cumprir o seu dever, lutando na contracorrente para recuperar os sindicatos e armar ideológica, política e organizativamente os explorados no campo da independência de classe.

## Crise no PCB

Nas últimas semanas, vieram a público manifestações de membros do Partido Comunista Brasileiro e de sua própria direção nacional expondo um conflito interno. A denúncia de uma parte do PCB contra membros da direção, que teriam participado de um encontro da Plataforma Mundial Anti-imperialista, aparato utilizado pela oligarquia russa e pelo Putin para defesa de sua política de opressão nacional e que, de acordo com os denunciantes, violaria resoluções do partido; a expulsão de Gustavo Gaiofato e mais recentemente a exclusão do Jones Manoel da direção do partido.

O que se percebe a partir das notícias tornadas públicas é um choque burocrático envernizado com algumas críticas políticas pontuais, mas inconsequentes, pois “direita” e “esquerda” do partido partilham das mesmas premissas programáticas que não são questionadas.

Embora o conflito não tenha como fundo uma divergência programática, revela a pressão da crise política nacional e internacional sobre o PCB, pois a sua vocação frente populista/estalinista – consolidada especialmente após 1935 – se choca, na experiência dos militantes desse partido, com a contundência dos ataques às massas por parte do governo burguês Lula/Alkmin, ao qual o PCB chamou votar no segundo turno e em relação ao qual tenta agora se equilibrar numa postura de oposição civilizada, sem abando-

nar sua política de colaboração de classes. Outro elemento da crise decorre do seu apoio ao nacionalismo russo de Putin, na guerra na Ucrânia e defesa da China como alternativa global no choque desta potência com os EUA, sem deixar de manter a posição estalinista da coexistência pacífica. Não se derrotará o imperialismo e a aliança montada pelos Estados Unidos com os meios e as armas da opressão nacional e sob o processo contrarrevolucionário da restauração capitalista.

A superação da crise de direção do proletariado mundial certamente não se resolverá ressuscitando o estalinismo, que eles pomposamente chamam de “Reconstrução Revolucionária do PCB”, mas, da sua crítica implacável. Os militantes do PCB, principalmente os jovens que almejam honestamente se tornarem comunistas, não podem ficar presos às rusgas administrativas e aparelhistas. Ao contrário, precisam se indagar acerca do programa que esse partido defende e questionar por que o PCB não defende a revolução proletária e a ditadura do proletariado; por que, afinal, não se coloca por erguer uma oposição revolucionária ao governo burguês de Lula/Alkmin; e por que continua preso ao eleitoralismo, apoiando frentes populares com o PT (APEOESP), PSOL (frente de esquerda) etc., ao invés de levantar um programa de defesa da vida das massas com os métodos da luta de classes.

## Nesta edição:

- **Argentina:** Qual o significado de Sergio Massa ser o candidato do peronismo?
- **Bolívia:** A crise política coloca a necessidade da revolução social, sob a estratégia revolucionária do proletariado
- **Espanha:** Eleições gerais resultam em parlamento dividido
- **Israel:** Retomada da reforma judicial pelo governo ultradireitista de Netanyahu reacende crise política
- **EUA:** Banco PacWest é adquirido pelo Banco da Califórnia
- **Trotsky:** Áustria - Hungria



## Artigos das Seções Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

## Argentina

# Qual o significado de Sergio Massa ser o candidato do peronismo?

Em primeiro lugar, afirmamos que se impôs a política do grande capital, da oligarquia, do imperialismo. Os quatro candidatos com possibilidades de vitória nas eleições são abertamente defensores da submissão do país ao capital financeiro.

Da mesma forma que quatro anos atrás, nem Cristina Kirchner, nem um kirchnerista concorrerão à presidência. Esta é a derrota política percebida pelas bases peronistas, as que se mobilizaram massivamente em 25 de maio, as que foram ao ato em La Plata, as que pediam “Cristina Presidenta”, porque estavam iludidas, achando que fosse a única capaz de liderar um processo de independência econômica e recuperação dos direitos, de estancar o saque, de romper a tutela do FMI. Não apenas porque acreditavam que poderia ganhar as eleições, mas, porque simbolizava para eles uma possibilidade de resistência, de luta.

Travamos uma dura luta para demonstrar que essas ilusões acabariam em frustração, porque Cristina Kirchner não encarna essa resistência, pelo contrário, expressa uma política de coexistência, de colaboração, de conciliação com as multinacionais e com a oligarquia. Mas é um caminho que essas bases desencantadas precisam concluir para se independizar politicamente.

E se trata de uma dupla derrota, porque não só desistiu da sua candidatura e da do Wado de Pedro, que representava o que ela designou como a “geração dizimada”, um dos que melhor a representavam, como concordou com que a chapa presidencial fosse encabeçada por Massa, o homem que simboliza o contrário. Uma decisão política em nome do “realismo” que desmobiliza e desmoraliza milhares que durante meses se mobilizaram com a esperança de que Cristina Kirchner recuasse da sua decisão de não ser candidata. Até lhe “perdoavam” que tivesse escolhido a Alberto Fernández como Presidente, mas, queriam que desta vez não delegasse essa responsabilidade.

No balanço do massivo ato de 25 de maio, dissemos que “A presença de Massa no cenário ao lado de Cristina é uma mensagem clara e contundente de que qualquer que seja o esquema de candidaturas que sejam apresentadas, Massa será uma parte essencial. Falou-se muito de programas, eixos de ação, políticas, mas Massa em si encarna uma definição política.

Massa adiou a sua viagem à China para participar do Ato em um lugar central. Foi uma mensagem para toda a militância, especialmente para aqueles que resistiam a ele ou o rejeitavam. Um dos objetivos mais importantes do Ato era exibi-lo ao seu lado, era dizer: é com ‘Massa’. E colocou a Grabois, um dos que parecia ser um crítico de Massa, a curtíssima distância dele. Para dessa forma disciplinar a todos”.

Dessa forma, os setores mais militantes foram levados a “engolir outro sapo” como se diz. Não se empolgam, militarão com desânimo e a maioria se resignará reclamando baixo: “é a última vez” ...

Massa é apresentado como o candidato da unidade pedida pelos governadores, uma unidade reivindicada também pelo kirchnerismo, para não ter de enfrentar eleições internas nas PASO (eleições primárias) pois pensava que os enfraqueceria, porque numa disputa interna não haveria forma de esconder o papel desempenhado por Massa na sua história. Kirchner não quis esse enfrentamento.

Agora voltam os mesmos argumentos de sempre: que há de derrotar a direita antediluviana, que com eles tudo será pior; que Massa pontua melhor nas pesquisas de opinião; que é o “mal menor”; que “não é o mesmo” Massa que Milei, Bullrich ou Larreta, nem parecido; que “é o que tem para hoje” ... E Rossi que tem a coragem de dizer que “Massa não é de direita”. Ou Pedro Peretti que chama “a ganhar” “sejamos competitivos para ganhar da direita ...”; “sempre ganhar é melhor” diz Boudou. A campanha se fundamentará no medo, o medo a tudo que é pior, que podem ser os Bullrich, Larreta ou Milei.

Todos os oficialistas trovejam contra a direita, os burocratas que se assustam diante da ameaça da direita, o partido oficialista com seus jornalistas e ideólogos que assustam com o bicho-papão da direita para que votem a seus candidatos... TODOS são incapazes de enfrentar a direita real e concreta, aquela que age com total impunidade ontem e hoje em Jujuy. É uma oportunidade para mobilizar com todas as forças seu apoio à luta do povo de Jujuy, é o momento para paralisar o país em defesa dos trabalhadores e as comunidades originárias, em defesa de suas reivindicações, pela revogação de sua Constituição, para deter a repressão e castigar os repressores. Por que não o fazem? Porque Massa é sócio direto de Morales, co-governam, votam sua Constituição e suas leis. É uma estafa política dizer que há que votar a Massa para deter a direita. Jujuy mostra como se enfrenta e se detém a direita, enfrentando a repressão, o ajuste e o saque.

Alberto Fernández insistiu com a inevitabilidade das eleições internas e fabricou a candidatura de Scioli para concorrer com a chapa que apresentasse o kirchnerismo. O objetivo não era apenas colocar dois deputados na chapa de unidade. O objetivo era impedir que o kirchnerismo encabeçasse a chapa presidencial. Essa era a última tarefa encomendada pelo grande capital a um presidente que desde há muito tempo é um cadáver político, sustentado com respiração artificial, aguardando seu devido sepultamento. Scioli

diz sentir-se usado, traído por Fernández, que foi parte de uma jogada.

## Sergio Massa é o programa

Muito se falou neste último ano acerca da importância do programa, de que não se podia propor a unidade a qualquer custo, que esse era o problema de ter ajudado Fernández a chegar à presidência. Que não pode voltar a ocorrer a mesma coisa. Que aquele foi um acordo eleitoral para derrotar Macri e não havia ideias, não havia programa, não havia um compromisso claro de quais políticas iriam ser implementadas. Que não havia que discutir nomes senão políticas, blá, blá, blá.

Concluiu-se definindo as candidaturas antes do prazo, surpreendendo à grande maioria dos seus próprios seguidores, sem programa. Ou seja, com o programa do Massa.

Ele não precisa apresentações. O homem não mudou. Continua fiel a suas convicções ou, melhor falando, aos poderosos interesses que o apadrinharam e apadrinham. Desde que assumiu o Ministério da Economia concentrou o poder no gabinete e exerce o governo real. Levou adiante um maior ajuste das despesas para atender aos objetivos estabelecidos pelo FMI, reduzindo o déficit fiscal. Voltou a reafirmar explicitamente na Câmara Argentina da Construção Civil (Camarco) “Há que pagá-la e erradicá-la da Argentina para não voltar nunca mais”.

O eixo da política do seu governo, caso ganhe, assim como a de Fernández, será impulsionar as exportações de modo a juntar dólares para pagar a dívida fraudulenta. A qual não será investigada, a que se evadiu e todos temos de pagá-la. Pode haver maior ato de corrupção e entreguismo do que este? Os charlatões de sempre ficam com a segunda parte da frase, para continuar enganando “não voltar nunca mais”.

Sua relação com os governos de Jujuy, Salta e Chubut e o avanço da mineração multinacional também são um antecedente atual, do mesmo modo que seu papel à frente do transporte. É um claro expoente do que se conhece como neoliberalismo.

Quando Macri apenas assumiu como presidente a início de 2016, em Davos, apresentou Massa a Biden como “o chefe do peronismo”. Massa aparecia abertamente como sócio do Macri e assim o apresentou aos representantes do capital financeiro presentes.

Massa teve uma estreita relação com Cambiemos. Ainda que essa relação com Macri se rompeu, é um fato político destacado aquela sociedade para aprovar as leis que precisava aquele governo. Massa rompeu com Macri, mas não com o macrismo.

Massa era inimigo figadal de Kirchner e fervoroso visitante da Embaixada [norte-americana] como ficou exposto nos Wikileaks.

Massa se integrou ao peronismo na época do Menem, procedente da UCEDE, corrente da direita conservadora liberal dirigida por Alsogaray.

Quem são os que comemoram esta candidatura? A Embaixada, naturalmente, os grandes capitais especialmente aqueles empresários que há anos financiam suas campanhas. O FMI comemora sua candidatura e a continuidade no Ministério.

Dos principais candidatos que aspiram à presidência, todos expressam sua submissão ao grande capital, às multinacionais, à grande propriedade privada, todos são inimigos da nação e dos oprimidos. Expressam a opressão nacional, a exploração dos trabalhadores. Preferimos usar estes termos ao invés de “direita” ou “ultra direita” devido à sua ambiguidade. Podem se diferenciar no discurso acerca de ir a uma guerra aberta contra os pobres, contra os trabalhadores, arrancar seus direitos, liquidar suas organizações ou adotar o caminho da conciliação de classes para nos esmagar.

É importante analisar esta candidatura. E também prognosticar qual será o eixo de suas políticas. Porque o peronismo se alinhou por trás dele e milhões de trabalhadores se submeterão a suas decisões. Porque nossa função é ajudar a classe operária a se independizar politicamente, a romper com o peronismo que a mantém subordinada ao regime da grande propriedade, que trabalha para domesticá-la, para não recorrer à luta de classes para resolver seu antagonismo irreconciliável com a burguesia.

Cristina Kirchner e não poucos militantes desse setor põem, com limitações, a necessidade de uma política de desenvolvimento industrial, de independência econômica, de ruptura com os programas do FMI, de acabar com o saque, no entanto, acabam se subordinando a políticas neoliberais, que já foram provadas no país e levaram à perda de milhões de empregos, à destruição dos salários, à perda de direitos, à precarização e ao saque. O peronismo não poderá reverter estas políticas, porque a burguesia é uma classe antinacional, entreguista, corrupta e esses traços tendem a se aprofundar.

O cansaço com a politicagem burguesa se manifestou em várias eleições provinciais assim como antes nas intermediárias, com um crescente abstencionismo e aumento dos votos nulos e brancos. Nosso partido intervém na campanha eleitoral chamando a anular o voto com uma ideia, com um programa que aponta a superar as ilusões democráticas, demonstrar que o poder continua nas mesmas mãos, que a democracia é a ditadura do capital e que o caminho é o da rebelião dos oprimidos como ocorre em Jujuy e antes em Salta, com seus próprios métodos, com sua organização, na perspectiva do governo operário e camponês, única possibilidade de libertar à nação de todas as formas de opressão do imperialismo, liquidando seus agentes locais, políticos e econômicos. É claro que esta perspectiva não poderá ser imposta mediante o voto.

## Bolívia

# A crise política burguesa coloca a necessidade urgente da revolução social, sob a estratégia revolucionária do proletariado

A ilusão no MAS pela maioria popular com fortes raízes indígenas se esgotou definitivamente. As massas têm vivido na carne a frustração de ter se deslumbrado com a figura de um camponês indígena que chegou à Presidência.

Como advertia o POR aos explorados, Evo Morales, ao declarar-se respeitador da ordem social burguesa, da grande propriedade privada dos meios de produção e da presença das multinacionais como “sócias e não patrões” na exploração de nossos recursos naturais, definia o conteúdo de classe de seu governo como pró-burguês, pró-imperialista, antipopular e anti-indígena.

Esse ridículo personagem, transformado em déspota megalomaniaco pela bajulação dos bandos reformistas de “esquerda” e indigenistas pós-modernos que o cercam, todos sedentos por subir ao poder a qualquer custo, finalmente se esvaiu diante das massas. O MASismo se afunda em uma luta interna pelo Poder, para continuar governando com base na corrupção, servilismo à burguesia e submissão ao imperialismo.

O MAS e a velha direita racista são irmãos, defensores da ordem burguesa, inimigos naturais dos explorados e das nações originárias oprimidas.

A impostura do masista já cheira a cadáver. A velha direita, carregada do racismo típico da burguesia branca, apoiadora das ditaduras militares no passado, hoje em estado de putrefação falando em democracia. Cuidado com políticos oportunistas que querem aparecer como alternativa oferecendo mais do mesmo. Não faltou um dirigente do COD de Chuquisaca saudando o surgimento de “novas alternativas eleitorais”.

Só a propriedade social dos grandes meios de produção é revolucionária. Cabe à classe operária recuperar sua condição de classe

revolucionária, para dirigir a luta do povo trabalhador para acertar contas com a burguesia esfomeadora, entreguista, e libertar o país da opressão imperialista.

O POR conchama os trabalhadores a se livrarem da criminosa subserviência dos burocratas sindicais vendidos ao MAS; recuperar sua independência sindical e política, levantando as bandeiras das Teses de Pulacayo: instaurar o governo operário-camponês e de todos os oprimidos, a nova sociedade socialista, assentada na propriedade social dos grandes meios de produção.

## Espanha

# Eleições gerais resultam em Parlamento dividido

As eleições gerais na Espanha, realizadas no dia 23 de julho, apresentaram um resultado contraditório. O conservador Partido Popular (PP), liderado por Alberto Núñez Feijóo, obteve o maior número de votos, terá 136 cadeiras na câmara baixa, porém não suficientes para formar o governo, que são 176 cadeiras. Mesmo que faça aliança com o terceiro mais votado, o partido de direita radical Vox, com 33 deputados, terá apenas 169 deputados. Terá de negociar com partidos menores, como o Partido Nacionalista Vasco que, no entanto, poderá rejeitar a coligação em virtude da resistência em formar um bloco com o ultradireitista Vox.

Por outro lado, o Partido Socialista (PSOE), do atual presidente do governo (premiê), Pedro Sánchez, ficou em segunda colocação, com 122 cadeiras. No entanto, em seu rol de possíveis alianças, que inclui a coalizão de esquerda Sumar, com 31 cadeiras, e diversos partidos regionalistas e independentistas, como os independentistas bascos de esquerda (Bildu), o Partido Nacionalista Basco (PNV), o Bloco Nacionalista Galego (BNG) e a Esquerda Republicana da Catalunha (ERC). Ainda assim, restariam as 7 cadeiras do Juntos pela Catalunha (Junts) que, antes das eleições, já havia se negado a pactuar com qualquer das duas grandes coalizões no parlamento.

O Juntos pela Catalunha (Junts) é o partido cuja liderança é a do ex-presidente da Generalidade (governo) da Catalunha, Carles Puigdemont. Quando do referendo de 2017 sobre a independência da Catalunha, processo que foi duramente reprimido pelo governo central espanhol, resultou na prisão de lideranças burguesas e fuga de outras, dentre elas o próprio Carles Puigdemont, que hoje se encontra refugiado na Bélgica.

O impasse na formação do governo espanhol expressa a divisão interburguesa que existe em um dos países que, após a crise de 2008, se viu numa profunda crise em decorrência das

medidas de austeridade, resultando em enorme desemprego entre a juventude, despejos e endividamentos. Os efeitos da crise de superprodução, agravados recentemente pela pandemia e os efeitos da guerra na Ucrânia, corroeu a popularidade dos dois partidos tradicionais da burguesia, PP e PSOE, e possibilitou a emergência das plataformas eleitorais oriundas da classe média urbana e aos partidos regionalistas e separatistas das regiões, que almejam independência ou maior autonomia do governo central.

O fato da formação de um novo governo se encontrar nas mãos dos partidos separatistas, além da existência ainda de uma monarquia, resquício da época feudal, mesmo que com um poder reduzido, demonstram que o desenvolvimento desigual do capitalismo nesse país europeu não foi capaz de resolver as mais básicas tarefas democráticas pendentes, como é o fim da caricata monarquia e o direito das nacionalidades à autodeterminação.

As divisões interburguesas tendem a se acentuar diante do avanço das tendências recessivas mundiais e dos efeitos da guerra na Ucrânia sobre a Europa. Somente a classe operária, com a sua estratégia revolucionária, será capaz de dar uma resposta que una a maioria oprimida em torno de suas reivindicações mais sentidas e da defesa do direito das nações, como a Catalunha, Galícia, País Basco etc. à autodeterminação, o que implica o direito de se separar caso seja o desejo das massas. Essa luta revolucionária, que resulta na expropriação da propriedade capitalista, se chocará necessariamente com a diversas frações da burguesia espanhola, que inclui as frações burguesas separatistas. A bandeira dos Estados Unidos Socialistas da Europa, como parte da revolução proletária internacional, é a que une a classe operária e demais explorados europeus para a sua emancipação.

## Israel

# Retomada da Reforma Judicial pelo governo ultradireitista de Netanyahu reacende crise política

No dia 24/07, o Knesset (Parlamento israelense) aprovou a primeira parte da Reforma Judicial proposta pelo governo Netanyahu, que consiste em impedir que a Suprema Corte possa anular decisões governamentais, se utilizando do princípio da “razoabilidade”. Outras partes da reforma ficarão para outubro, como a permissão para que o Parlamento rejeite decisões da Suprema Corte por maioria simples e a possibilidade do governo ampliar sua intervenção sobre a nomeação de juízes.

O placar da aprovação foi de 64 a 0, em virtude do boicote dos 56 deputados da oposição burguesa liberal, que se retiraram na hora da votação. A oposição, logo em seguida, realizou uma apelação à Suprema Corte para a anulação da nova lei, a qual foi aco-

lhida e será submetida ao plenário em setembro.

Até esta data, tudo indica, se desenvolverá a crise política em torno da investida do governo ultradireitista, no sentido de ampliar seus poderes frente ao Judiciário, único poder que serve de trincheira à oposição burguesa liberal para impor limitações ao governo. O Estado de Israel não possui Senado e nem Constituição, e as principais deliberações, eleição do primeiro-ministro e a formação do governo são feitas pelo Knesset (parlamento unicameral).

No final de março, o governo Netanyahu havia suspenso a tramitação da Reforma Judicial, diante de intensos protestos e a pressão do governo Biden, a fim de evitar que a crise política saís-

se do controle. O governo retomou a tramitação se utilizando da tática de aprovar em partes. O que desencadeou novamente multitudinários protestos, com bloqueio da via de acesso ao parlamento e violenta repressão policial.

As manifestações, no entanto, não foram capazes de barrar a aprovação dessa primeira parte da Reforma. Arnon Bar-David, líder do Histadrut, confederação sindical que representa funcionários públicos, afirmou que se reuniria com outras organizações sindicais para discutir uma greve geral, “caso a reforma avance”. No mesmo sentido, mais de 10 mil reservistas ameaçam cruzar os braços e abandonar serviços voluntários.

A aprovação da primeira parte da Reforma ocorre em meio à intensificação das investidas do Estado Sionista contra o povo palestino, com invasões militares, massacres e avanço dos assentamentos israelenses na Cisjordânia. Embora a Suprema Corte, ao longo dos anos, tenha dado aval aos ataques anexionistas do Estado Sionista na Cisjordânia, a aprovação da Reforma Judicial derrubará qualquer mínimo obstáculo para que o governo ultradireitista de Netanyahu possa intensificar a sua ofensiva contra o povo palestino.

## EUA

# Banco PacWest é adquirido pelo Banco da Califórnia

## *Avança as tendências de concentração monopolista no sistema bancário mundial*

No dia 25 de julho (terça-feira), o banco PacWest, que era visto como um possível candidato à quebra em virtude da crise bancária, anunciou que estava sendo vendido para o Banco da Califórnia, o que resultará na criação de um banco com US\$ 36 bilhões em ativos.

As ações do PacWest chegaram a cair 27%, quando se anunciava uma possível aquisição por outro banco. O motivo por trás dessa negociata está na abrupta queda da liquidez que tem afetado o PacWest e outros bancos regionais, acentuada pelo rápido aumento da taxa de juros dos EUA pelo FED (Reserva Federal, o Banco Central norte-americano). O rápido anúncio da fusão com o Banco da Califórnia foi um imperativo para impedir que o PacWest entrasse em bancarrota. Esse acontecimento mostra a continuidade da crise bancária, que tem como epicentro os bancos regionais dos EUA.

O anúncio da fusão ocorre justamente na véspera de um novo aumento por parte do FED de 0,25% na taxa de juros dos EUA, de 5,25% para 5,5%. A política de aperto monetário pelo FED tem empurrado os demais bancos centrais a também terem de aumentar a taxa de juros, o que tem impulsionado as tendências recessivas mundiais.

A aquisição do PacWest pelo Banco da Califórnia é expressão

A crise política e as manifestações ocorrem, no entanto, no campo das disputas interburguesas. Os manifestantes, que levantam a bandeira do Estado de Israel nos protestos, não questionam a opressão que Israel exerce sobre o povo palestino. São arrastados pela política da oposição liberal, que defende a preservação da “democracia” burguesa israelense, que tem como base o genocídio do povo palestino.

Certamente, a Reforma Judicial, que dará maiores poderes ao Executivo, servirá também para que o governo ultradireitista de Netanyahu despeje com mais rapidez os efeitos da crise capitalista sobre os explorados judeus e palestinos que vivem em Israel. A crise política israelense evidencia a necessidade de uma direção revolucionária, que defenda a política de independência de classe frente às disputas entre a ultradireita e a direita liberal, unindo os explorados judeus e palestinos em torno das reivindicações que defendam suas condições de vida, vinculadas com a luta estratégica pela autodeterminação do povo palestino, destruição do Estado Sionista de Israel e constituição de uma República Socialista da Palestina, una e independente, como parte da luta anti-imperialista dos explorados do Oriente Médio.

das tendências de concentração monopolista no sistema bancário mundial. Outros exemplos são a recente aquisição do centenário Credit Suisse pelo maior banco da Suíça, o banco UBS, e a compra do First Republic pelo maior banco dos EUA, o JPMorgan Chase.

O avanço da concentração monopolista nos bancos acentua as contradições do sistema capitalista, em que uma enorme quantidade de riqueza é concentrada nas mãos de poucos, enquanto a imensa maioria vive na miséria. A oligarquia financeira aproveita das crises geradas pelo próprio capitalismo para aumentar o controle sobre os mais variados ramos da economia, e os submeter a seus interesses parasitários.

À medida que as tendências recessivas recrudescem, a burguesia despejará seus efeitos sobre a classe operária e demais explorados, na forma de destruição de postos de trabalho e de direitos trabalhistas, e cortes nos serviços públicos.

O combate ao parasitismo financeiro e as tendências recessivas mundiais será dado pela classe operária, por meio dos métodos da revolução proletária internacional. É parte fundamental das tarefas da revolução a expropriação do sistema bancário, sem indenização, e a constituição de um banco único estatal e sob controle operário, por meio do qual o proletariado poderá planificar a economia e dirigir as forças produtivas para a edificação socialista.

---

## Retomada da publicação do folheto de Trotsky sobre a guerra imperialista de 1914

*No jornal Massas 690, iniciamos a publicação do folheto A Guerra e a Internacional, escrito em outubro de 1914, por Leon Trotsky. Consta nesse número do Massas o prefácio do autor. No jornal Massas 693, publicamos o primeiro capítulo, “A Questão dos Balcãs”. Agora, damos sequência com o segundo capítulo, “Áustria-Hungria”.*

*Como temos justificado em publicações anteriores, o objetivo de apresentar documentos históricos dessa natureza corresponde à crise mundial do capitalismo e a guerra na Ucrânia. O Partido Operário Revolucionário tem feito o máximo esforço por expressar e fundamentar a campanha internacionalista do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) pelo fim da guerra, que somente será resolvida por meio da luta do proletariado europeu e mundial. As posições do CERQUI têm exigido a fundamentação marxista do caráter da guerra e da questão da autodeterminação das nações oprimidas. As formulações programáticas de Lênin e Trotsky são a fonte que recorremos por sua justa teoria e pela comprovação prática da revolução proletária de 1917 na Rússia. Nos Massas 691 e 692, publicamos o folheto “O Programa para a Paz”, de maio de 1917, portanto, poucos meses antes da revolução de Outubro. Os dois folhetos se completam como documentos programáticos do marxismo-leninismo-trotskyismo.*

# Áustria - Hungria

## (Capítulo 2)



O czarismo russo representa, sem dúvida, uma forma mais cruel e bárbara de organização do Estado do que o débil absolutismo da Áustria-Hungria, que foi se enfraquecendo pela decadência própria da velhice. Mas o czarismo russo e o Estado russo não são coisas idênticas. A destruição do czarismo não significa a desintegração do Estado. Significa, pelo contrário, a sua libertação e o seu fortalecimento. Todas as afirmações sobre a necessidade de empurrar a Rússia para a Ásia, e que encontram eco também em certos órgãos da social-democracia, assentam num mísero conhecimento da geografia e etnografia. Seja qual for o destino das várias partes da atual Rússia, Polônia russa, Finlândia, Ucrânia ou Bessarábia, a Rússia europeia não deixará de existir como um território nacional ocupado por uma raça composta de muitos milhões e que fez notáveis conquistas no seu desenvolvimento cultural durante o último quarto do século.

Muito diferente é o caso da Áustria-Hungria. Como organização estatal, é identificada com a monarquia dos Habsburgos. O Estado permanece ou cai com os Habsburgos da mesma forma que a Turquia europeia, ligada ao exército otomano e à casta feudal, caiu<sup>1</sup> quando esta casa foi destruída. Como um conglomerado de fragmentos de raças animadas por uma tendência centrífuga, forçadas a viver juntas por uma dinastia, a Áustria-Hungria apresenta o quadro mais reacionário que se pode encontrar no coração da Europa. Sua sobrevivência, após a atual catástrofe europeia, não só retardaria o desenvolvimento dos povos do Danúbio e dos Bálcãs por muitos anos, mas também causaria uma repetição da guerra europeia e fortaleceria a política czarista preservando sua principal fonte de alimentação espiritual.

Se a social-democracia alemã considera que a ruína da França é justa, considerando-a como um castigo por sua aliança com o czarismo, devemos aplicar o mesmo critério à aliança austro-alemã. E se a aliança das duas democracias ocidentais com um czarismo despótico desmente a imprensa francesa e inglesa, quando apresenta a guerra como libertadora, então não é tão arrogante, se não mais, que a socialdemocracia alemã que atribui a bandeira da liberdade ao exército Hohenzollern, o exército que luta não apenas contra o czarismo e seus aliados, mas também pela defesa da monarquia dos Habsburgos?

A Áustria-Hungria é indispensável para a Alemanha, para a classe dominante na Alemanha como a conhecemos. A classe dominante junker<sup>2</sup> lançou a França nos braços do czarismo como resultado da anexação forçada da Alsácia-Lorena enquanto deteriorava sistematicamente suas relações com a Inglaterra, aumentando rapidamente suas forças navais; também se recusou a aproveitar todas as oportunidades para estabelecer acordos com as democracias ocidentais, porque esses acordos implicavam a democratização da Alemanha. Desse modo, é compreensível que essa classe dominante tenha sido forçada a buscar ajuda na monarquia austro-húngara, tomando-a como fonte de reserva de forças militares contra os inimigos no Leste e no Oeste.

De acordo com o ponto de vista Alemão, a missão da dupla monarquia era empregar húngaros, poloneses, romenos, tchecos, rutenos, sérvios e italianos como auxiliares a serviço da política militar alemã e dos Junkers. A classe governante na Alemanha resignou-se facilmente à expatriação de dez ou doze milhões de alemães, de modo que esses doze milhões formassem o eixo em torno do qual viveria uma população não-alemã de mais de quarenta milhões unificados pelos Habsburgos. Uma federação democrática das nações independentes do Danúbio teria impedido que esses povos fossem utilizados como aliados do militarismo alemão. So-

mente uma monarquia na Áustria-Hungria, imposta pelo militarismo, poderia dar algum valor a esse país como aliado dos junkers alemães. A condição indispensável para essa aliança, santificada pelo pacto de fidelidade dos Nibelungos<sup>3</sup> entre as dinastias, era a preparação militar da Áustria-Hungria, uma condição que não poderia ser cumprida senão mediante a supressão mecânica das tendências nacionais centrífugas.

Como a Áustria-Hungria é cercada por todos os lados por estados compostos pelas mesmas raças que possui dentro de suas próprias fronteiras, sua política externa está intimamente ligada à política interna. Para ter sete milhões de sérvios e eslavos do sul dentro da estrutura de seu próprio estado militar, a Áustria-Hungria é forçada a extinguir suas aspirações por um reino independente da Sérvia.

O ultimato à Sérvia foi um passo decisivo nessa direção. “A Áustria-Hungria deu esse passo sob a pressão da necessidade”, escreveu Eduard Bernstein em *Die Sozialistische Monatshefte*<sup>4</sup> (nº 16). Seria assim se os eventos políticos fossem considerados do ponto de vista das necessidades da monarquia.

Para defender a política dos Habsburgos com base nos baixos padrões morais dos governantes de Belgrado, é preciso fechar os olhos para o fato de que os Habsburgos eram amigos da Sérvia, quando estava sob o governo mais desprezível que se conheceu na desafortunada história da Península Balcânica: o do Rei Milán<sup>5</sup>, agente da Áustria. O acerto de contas com a Sérvia chegou tão tarde, porque os esforços de autopreservação foram muito fracos no pobre organismo da dupla monarquia. Mas após a morte do arquiduque, que era a ajuda e a esperança do partido militar austríaco (e de Berlim), o aliado da Áustria deu-lhe um golpe nas costas e o incentivou a demonstrar firmeza de caráter e força. O ultimato da Áustria à Sérvia não só foi aprovado antecipadamente pelos governantes da Alemanha, como, segundo todas as informações, esteve inspirado por eles. A evidência é claramente demonstrada no próprio Livro Branco, que diplomatas, profissionais e amadores, ofereceram como um documento do amor Hohenzollern pela paz.

Após definir os objetivos da propaganda grande Sérvia e as maquinações do czarismo nos Bálcãs, o Livro Branco diz:

Nestas condições, a Áustria se viu obrigada a perceber o que não era compatível com a dignidade e a autopreservação da monarquia, a continuar observando os fatos do outro lado da fronteira e permanecer numa atitude passiva. O Governo Imperial nos informava sobre esses fatos, e nos consultava. Afirmamos sinceramente para eles que aprovamos sua opinião sobre a situação e garantimos que qualquer ação que ela acreditasse ser necessária para acabar com o movimento na Sérvia contra a monarquia austríaca poderia receber nossa aprovação. Ao fazer isso, sabíamos muito bem que eventuais operações de guerra da Áustria-Hungria poderiam trazer a Rússia para o conflito e poderiam, sob os termos de nossa aliança, nos envolver na guerra. Mas, tendo em vista os interesses vitais da Áustria-Hungria que estavam em jogo, não poderíamos aconselhar nosso aliado a que demonstrasse indulgência incompatível com a sua dignidade ou negar-lhe a nossa ajuda num momento de tamanha gravidade. Éramos os menos indicados a fazer isso, porque nossos interesses vitais estavam ameaçados pela persistente agitação na Sérvia. Se os sérvios, ajudados pela Rússia e pela França, pudessem pôr em perigo a estabilidade de nossa monarquia vizinha, a queda gradual da Áustria e a sujeição de todas as raças eslavas ao domínio russo teriam ocorrido. E isso, por sua vez, teria tornado precária a situação da raça alemã na Europa Central. Uma Áustria moralmente enfraquecida, desmoralizando diante do avanço do pan-eslavismo russo, não poderia ser uma aliada confiável nem de quem pudéssemos depender. Porém, nos vimos obrigados a depender dela devido à atitude cada vez mais

ameaçadora dos nossos vizinhos do leste e do oeste. Por essas razões, deixamos as mãos livres à Áustria na sua ação contra Sérvia.

A relação da classe dominante na Alemanha com o conflito austro-sérvio aparece aqui clara e totalmente definida. A Alemanha não só foi informada pelo governo austro-húngaro de suas futuras intenções, como também as aprovou. A Alemanha considerava a agressão austríaca inevitável, um ato de salvação para si mesma, e mais tarde fez disso uma condição para a continuação da aliança. Estas são suas palavras: “A Áustria não seria um aliado confiável nem com o qual pudéssemos contar”.

Os marxistas alemães conheciam muito bem essas questões e os perigos que elas continham. Em 29 de junho, um dia após o assassinato do arquiduque austríaco, o Vorwärts escreveu o seguinte:

O destino de nossa nação ficou estreitamente unido com o da Áustria, devido à consequência da torpe política exterior dos nossos governantes. A base de toda esta última [política exterior] foi a aliança com Áustria. A cada dia fica mais claro que essa aliança é uma fonte de fraqueza e não de força. O problema austríaco às vezes é a ameaça à paz da Europa.

Um mês depois, em 28 de julho, quando a ameaça havia atingido seu clímax para provocar a terrível guerra, o principal órgão da social-democracia alemã escrevia nos mesmos termos. “Como o proletariado alemão vai agir diante de um paroxismo tão sem sentido?” Ele se perguntou; e ele mesmo respondeu: “O proletariado alemão não está nem um pouco interessado em preservar o caos nacional da Áustria”.

A Alemanha democrática está mais interessada na destruição do que na preservação da Áustria-Hungria. A dissolução da Áustria-Hungria significaria para Alemanha o ganho de uma população instruída de doze milhões e de uma capital de primeiro nível como Viena. A Itália completaria sua unidade nacional e deixaria de desempenhar o papel de fator imprevisível como sempre fez na Tríplice Aliança. Uma Polônia, uma Hungria, uma Boêmia independentes e uma federação balcânica, incluindo a Romênia, com dez milhões de habitantes na fronteira russa, seria um poderoso baluarte contra o czarismo. E o mais importante: uma Alemanha democrática com uma população de 75 milhões de habitantes poderia facilmente, sem os governantes Hohenzollern e Junker, chegar a um acordo com a França e a Inglaterra, e poderia isolar o czarismo condenando sua política internacional e nacional à total impotência. Uma política voltada para esse objetivo seria verdadeiramente uma política de libertação tanto para o povo russo quanto para o povo austro-húngaro. Mas tal política requer uma condição essencial e preliminar, a saber, que o povo alemão, em vez de encarregar os Hohenzollerns para libertar outras nações, teria que se libertar dos Hohenzollerns.

Mas, a atitude da social-democracia alemã e austro-húngara nesta guerra está em flagrante contradição com tais desejos. Atualmente, parece convencida da necessidade de preservar e fortalecer a monarquia dos Habsburgos no interesse da Alemanha ou da nação alemã. E o Wiener Arbeiter Zeitung<sup>6</sup>, deste ponto de vista antidemocrático (que enche de vergonha todo socialista interna-

cionalista), definiu o significado histórico da guerra atual, quando declarou: “É principalmente uma guerra (dos Aliados) contra o espírito germânico”.

“Se a diplomacia agiu bem, se isso tinha que acontecer, só o tempo dirá. Agora o destino da nação alemã está em jogo! Não pode haver dúvida ou hesitação sobre isso! O povo alemão está unido em uma determinação férrea e inflexível de não se deixar subjugar e nem a morte nem o diabo serão capazes de fazê-lo ceder” ... (Wiener Arbeiter Zeitung, 5 de agosto) e continua com coisas desse estilo. Não queremos ofender o gosto literário e artístico do leitor continuando estas citações. Nada é dito aqui sobre a missão de emancipar outras nações. Do que se trata é de preservar e assegurar a “humanidade alemã”.

A defesa da cultura alemã, do solo alemão, da humanidade alemã, parece ser a missão não só do exército alemão, mas também do exército austro-húngaro. O sérvio deve lutar contra o sérvio, o polonês contra o polonês, o ucraniano contra o ucraniano, pela salvação da humanidade alemã. Os quarenta milhões de seres de nacionalidades não alemãs são simplesmente considerados como um fertilizante histórico para o campo da cultura alemã. Escusado será dizer que este não é o ponto de vista do socialismo internacional. Isso nem é democracia pura em sua forma mais elementar. O Estado-Maior Austro-Húngaro explica este “humanitarismo” em sua declaração de 18 de setembro: “Todos os povos de nossa reverenciada monarquia devem estar unidos num único ser, disputando quem é mais corajoso, como diz nosso juramento militar, contra qualquer inimigo, não importa quem seja”.

O Wiener Arbeiter Zeitung aceita plenamente a visão Habsburgo-Hohenzollern de que o problema austro-húngaro é como uma reserva militar de nacionalidade diferente. É a mesma atitude que os militaristas da França tiveram em relação aos senegaleses e marroquinos, e que os ingleses têm em relação aos indianos. E quando consideramos que tais pontos de vista não são uma novidade entre os socialistas alemães da Áustria, encontramos a principal razão pela qual a social-democracia austríaca se dividiu miseravelmente em grupos nacionais e reduziu sua importância política ao mínimo.

A desintegração da social-democracia austríaca em setores nacionais que lutavam entre si foi uma expressão da inadequação da Áustria como organização estatal. E, ao mesmo tempo, a atitude da social-democracia da Áustria alemã provou que ela mesma foi uma pobre vítima dessa deficiência perante a qual capitulou ideologicamente. Quando se reconheceu impotente para unir as várias raças do proletariado austro-húngaro sob os princípios do internacionalismo e, finalmente, renunciou inteiramente a esta tarefa, a social-democracia austro-alemã subordinou tudo à Áustria-Hungria e precisamente à sua própria política, à “idéia” do nacionalismo junker prussiano. Essa total negação de princípios é-nos apresentada de uma forma sem precedentes nas páginas do Wiener Arbeiter Zeitung. Entretanto, se ouvimos com maior atenção a música deste nacionalismo histórico, podemos reconhecer uma voz grave, a voz da história, que nos diz que o caminho ao progresso político da Europa central e sul oriental passa pela desintegração da Áustria-Hungria.

<sup>1</sup> O prognóstico do Trotsky sobre a desintegração do Impero Austro-húngaro resultou correto. Em seu folheto “Junius”, escrito em 1915, Rosa Luxemburgo escreveu: “Historicamente, a liquidação da Áustria-Hungria é a continuação lógica da desintegração da Turquia, e ambas estão em linha direta com o processo do desenvolvimento histórico”.

<sup>2</sup> Junkers (de “Jungherr”: jovem aristocrata ou cadete militar) eram latifundiários prussianos com grandes propriedades a leste do Elba. Foram a principal força dominante da Alemanha, preservando seus direitos medievais até o final da 1ª Guerra Mundial e suas propriedades até o final da 2ª.

<sup>3</sup> Pacto dos Nibelungos: Um pacto de fidelidade entre o herói e quem o trai, do poema clássico alemão e Canto dos Nibelungos (em torno do ano 1.200).

<sup>4</sup> Sozialistische Monatshefte (Cadernos mensais socialistas): Publicados entre 1897 e 1933 como órgão da fração revisionista da socialdemocracia alemã, sem submeter-se ao controle do partido.

<sup>5</sup> Milán I da Servia (1854 – 1901): Governou entre 1868 e 1889. Pertencia à casa real dos Obremovich, rivais dos Karageorgevich.

<sup>6</sup> Wiener Arbeiter Zeitung (gazeta operária de Viena): Jornal central da socialdemocracia austríaca, o equivalente do Vorwärts alemão;

**Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.**  
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020

